

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**VICTOR MANOEL RIBEIRO FONSECA PEIXOTO**

**RESQUÍCIOS MATERIAIS DA OCUPAÇÃO DE SOCIEDADES NÃO-  
IBÉRICAS NO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE OS SÉCULOS  
XVI E XVII**

**NATAL/RN  
2008**

**VICTOR MANOEL RIBEIRO FONSECA PEIXOTO**

**RESQUÍCIOS MATERIAIS DA OCUPAÇÃO DE SOCIEDADES NÃO-IBÉRICAS  
NO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE OS SÉCULOS XVI E XVII**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em História, sob a orientação do Professor Luiz Eduardo Brandão Suassuna.

NATAL/RN  
2008

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente à minha família, pelo apoio que me deu, não apenas durante a realização deste trabalho, mas durante toda a minha caminhada nesses cinco anos de curso.

Ao Professor Luiz Eduardo Brandão Suassuna, meu orientador, a Iericê Duarte Cabral, historiador e futuro colega de profissão, a Walner Barros Spencer, historiador e arqueólogo, e a Vicente de Paula Dantas Gomes, pelo grande auxílio técnico e logístico que me prestaram durante os esforços monográficos.

Aos meus estimados amigos, Davi Aloise, João Paulo, Jean Carlos, Randell, Marcus Vinícius, Roberto Vital, Rubens, Pedro Aquino (Bob), Geórgia, Fabiana, Analice e Rafaela, que sempre me tiveram em boa conta e que cuja reciprocidade é mais do que verdadeira.

Aos colegas de faculdade, Erinaldo (Negonça), Luiz Felipe, Ewerton (Cortez), Paulo (Paulo Cachaça), Caio, Nykolas, Janisson; ao pessoal da turma de Grego I, Maria do Rosário (Rosa), Taynã, Louize e Alzir Oliveira, estimado professor de língua grega, com o qual aprendi muito durante o primeiro semestre de 2008.

À Professora Fátima Martins Lopes, pelas oportunidades e experiências de trabalho que me ofereceu durante os anos de 2007 e 2008.

A Lilyen Benardis Tien, baiana de Vitória da Conquista, e Mariana Martin, paranaense de Marechal Cândido Rondon, pelas mui apreciadas companhias nos últimos 6 ou 7 anos.

## ABSTRACT

This work analyzed, in its widest way, the contribution of Archaeology to the development of the historical science. Here, the beginning of the history of Rio Grande do Norte, its colonial period, was studied, standing out the material aspect of the occupation of non-Iberian societies - the French and the Dutch - which had been here during 16th and 17th centuries, respectively. It was pointed out where these societies settled themselves, the places they occupied, where they lived and acted, and how they did it during their permanence in the so called Captainship of Rio Grande, therefore analyzing how such episodes happened, their background, the factors that led them to happen.

**Key-words:** Archaeology, History of Rio Grande do Norte, material vestiges

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I - AS GRANDES NAVEGAÇÕES E A DESCOBERTA DO NOVO MUNDO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO II - A PRESENÇA FRANCESA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO III - PRESENÇA E DOMINAÇÃO HOLANDESA NO RIO GRANDE DO NORTE.....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO IV - ALGUNS ADENDOS .....</b>	<b>49</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

No estudo da história colonial do Rio Grande do Norte, assim como no estudo da história geral do Brasil na Idade Moderna, é comum deparar-se com uma quantidade limitada de informações decorrente da escassez de fontes históricas, o que leva o historiador a buscar novos meios e novas fontes de informação além dos documentos escritos e dos estudos antropológicos das tradições culturais passadas de geração a geração ao longo do tempo. É uma vez que a história do Brasil e, conseqüentemente, a do Rio Grande do Norte, começam no auge da Idade Moderna, quando das Grandes Navegações, verifica-se de suma importância a investigação dessa história colonial brasileira, e, para fins deste trabalho, a investigação da história colonial norte-rio-grandense, no intuito de compreender a formação do caráter biológico, cultural e social da sociedade em que atualmente vivemos.

O conhecimento humano está em contínua evolução e atualização – sempre em direção ao progresso e ao aprimoramento, e nunca em sentido contrário. Hoje em dia, além da História e outras ciências auxiliares suas (Paleografia, Antropologia, Numismática, Sociologia, etc.), outra ciência vem se mostrando bastante importante e efetiva na busca desse conhecimento: a Arqueologia. Atuando através de escavações – e não apenas de escavações, mas de todo um aparato logístico e de uma prospecção teórica em contato com fontes históricas e da articulação desta com uma linha de pensamento lógico – a arqueologia histórica ajuda a recompor aspectos funcionais, como a função e a importância de determinada estrutura ou de determinado material ou objeto encontrados em um sítio, e práticos, como traços cotidianos de civilizações ou sociedades, impressos em resquícios materiais sob o solo. Seguindo esta linha de raciocínio, este trabalho objetiva apontar, através da leitura e interpretação historiográfica de fontes escritas, onde provavelmente se encontram os vestígios materiais da ocupação de sociedades não-ibéricas – franceses e holandeses – que estiveram no território que hoje corresponde ao Estado do Rio Grande do Norte, durante a sua ocupação, nos séculos XVI e XVII, conhecido à época como Capitania do Rio Grande. Atenta, secundariamente, à questão da preservação do patrimônio material de nossa história, com o intuito de despertar naqueles que o lêem o interesse pela busca e manutenção do que possa vir a ser encontrado em termos de resquícios materiais e/ou arquitetônicos relativos à presença dos vários povos que passaram pelo Rio Grande do Norte no decorrer de sua história.

Nas páginas seguintes há uma lista de fontes consultadas.

**CAPÍTULO I**  
**AS GRANDES NAVEGAÇÕES E A DESCOBERTA DO NOVO MUNDO**

Na esteira da história européia, foi no decorrer do século XV que se desenvolveram as Grandes Navegações, impulsionadas por uma série de fatores, mas sobretudo pela tomada de Constantinopla pelos turcos, o que dificultou consideravelmente o lucrativo comércio entre o Ocidente e o Oriente, acontecimento dentre os que marcaram a virada da Idade Média para a chamada Idade Moderna. Nesse episódio, as potências de então, Portugal e Espanha, lançam-se aos mares em busca de uma nova rota comercial, a fim de reconquistar o acesso direto às especiarias do Oriente, encontrando no oceano Atlântico a solução. Entretanto, tal atitude expansionista não se deve exclusivamente a fatores de caráter econômico. Deve-se lembrar que desde o final da Alta Idade Média o mundo cristão e o islâmico passaram a enfrentar-se, disputando o controle da Europa e do Mediterrâneo. Durante cerca de um século a religião islâmica se expandiu, começando no século VII, e em meados do século VIII o domínio árabe abrangia a Ásia Central, passando pelo Oriente Médio, África Setentrional, Norte da Itália e a Península Ibérica até os Pireneus, estendendo assim sua influência por todo o Mar Mediterrâneo. Mas com o passar do tempo o mundo cristão europeu reagiria, e essa guerra político-religiosa seria fator fundamental para o expansionismo ultramarino, segundo Tarcísio Medeiros (1985, p. 135), que cita Toynbee:

Cindido, e após, arruinado, o Império Romano, da Sociedade Helênica, - de que ele fora o estado universal, - de entre suas ruínas que se alargaram pelo contorno do Mar Mediterrâneo, entraram a germinar, nasceram, vicejaram, duas sociedades filiais: - a Cristã, na Europa, e a Islâmica, na África. O período de formação delas ocorre na Idade Média, quando ambas se definiram e se autonomizaram na fatal disputa pelo *mare nostrum* (Mediterrâneo) em que a Sociedade Cristã levou a melhor a partir da transferência da luta da Península Ibérica para as costas da África. Essa luta político-religiosa seria, com essa mudança de campo de batalhas, a causa primária da Era dos Descobrimentos, que marca o advento da Idade Moderna.

A partir da ocupação islâmica da Península Ibérica em 711, por Tarik Ibn Ziyad, líder muçulmano na África, as tensões entre cristãos e islâmicos cresceram consideravelmente, e desde então o Papado passou a dar seu aval a expedições marítimas, cujos fins eram de combater os invasores islâmicos - de caráter semelhante ao das Cruzadas, três séculos antes -, como foi o caso da bula *Sane Charissimus*, de 1418, que autorizou a expedição de Dom João I contra Ceuta. Com esse amparo por parte da Igreja Católica, em face do teor político-religioso do processo expansionista concedendo, inclusive, o status de *mare clausum*<sup>1</sup> à monarquia

<sup>1</sup> Este termo significa, literalmente, "mar fechado", indicando um mar sob a jurisdição de uma nação e proibido a outras.

lusitana sobre o Oceano Atlântico, conhecido à época por Mar-Oceano, Portugal teve a primazia sobre os descobrimentos. Várias bulas foram editadas, concedendo aos reis portugueses a posse das várias terras que descobriram ao longo do século XV<sup>2</sup>. Porém, essa empresa expansionista lusitana atraiu a atenção e a concorrência de várias nações européias em vias de ascensão, como França, Inglaterra, Países Baixos (Holanda) e Espanha (Castela), sendo esta última sua maior rival ao longo das grandes navegações. A participação espanhola - ou castelhana - efetiva começa quando, não aceitando a supremacia e o *mare clausum* concedido aos lusitanos, e lançando-se também aos mares em busca de descobertas, o reino de Castela faz forte oposição a esses privilégios, pressionando o papado a limitá-los e a compartilhá-los. Isso gerou uma crise política e fortes sentimentos de rivalidade, chegando-se a um ponto crítico quando Dom Henrique IV de Castela invade algumas ilhas do Arquipélago das Canárias, e conseqüentemente Dom Afonso V de Portugal e Joana de Castela, suposta filha de Henrique IV, tentam tomar o trono de Castela, por ocasião da morte deste, gerando assim a Guerra de Sucessão de Castela, entre 1475 e 1479. No desfecho desse conflito foi assinado em 4 de setembro de 1479 o Tratado de Alcáçovas, através do qual Castela passa a reconhecer a soberania e posse de Portugal sobre as ilhas de Madeira, Açores e Cabo Verde e a costa da Guiné, além de renunciar à navegação ao sul do cabo Bojador - no paralelo 27 -, reconhecendo que a partir desse paralelo todas as ilhas descobertas na vigência e futuramente descobertas seriam de posse lusitana. Em contrapartida, Portugal desistiu do trono de Castela que, juntamente com o reino de Aragão, formou o reino da Espanha em 1479, além de conceder a posse das ilhas Canárias ao mesmo. Em linhas gerais pode-se dizer que o Tratado de Alcáçovas<sup>3</sup> inaugurou a participação castelhana efetiva nas Grandes Navegações, e que a partir deste foram definidas as fronteiras da expansão e áreas de influência desses dois reinos sobre o mundo que se estava por descobrir.

Em 1492, Cristóvão Colombo, navegador italiano a serviço da Espanha<sup>4</sup>, chefia uma expedição que, navegando pelo Atlântico em direção ao Ocidente, alcançou terras que supôs serem as Índias, mas que na verdade era o continente americano, tomando posse em nome do reino da Espanha. No cerne da turbulência diplomática entre Portugal e Espanha, essa façanha teve grande repercussão no desenrolar dos fatos. Portugal, que estava sob proteção de Roma, contestou a legalidade do descobrimento. Entretanto, o Papa de então, o cardeal Rodrigo de

---

<sup>2</sup> Como, por exemplo, as duas bulas "Rex Regum", de 08/09/1436 e 05/01/1443, respectivamente; a bula "Etsi Suscepti", de 09/01/1442; a bula "Romanus Pontifex", de 08/01/1454, dentre outras.

<sup>3</sup> Cujas nomenclaturas podem variar em Tratado das Alcáçovas-Toledo ou simplesmente Tratado das Alcáçovas, dependendo da fonte.

<sup>4</sup> Embora haja controvérsias quanto à sua verdadeira origem, a teoria mais aceita é a de que seja de origem genovesa.

Bórgia, como Alexandre VI, amparou a causa espanhola. Rodrigo de Bórgia era espanhol e súdito de Fernando II, rei de Castela e Aragão. Tendo constituído aliança com Fernando e Isabel, a quem devia seu papado, editou a segunda e terceira bulas *Inter Coetera* a 3 e 4 de maio de 1493, respectivamente. Na segunda *Inter Coetera* Alexandre VI concedeu a Fernando e Isabel, então soberanos da Espanha, “todas e cada uma das terras e ilhas desconhecidas, achadas e por achar, excluídas apenas as que já pertencessem a outro príncipe cristão” (MEDEIROS, 1985, p. 138), referindo-se, obviamente, a Dom João II, rei de Portugal. Sob forte oposição de D. João, que tinha a seu favor o argumento de que aquelas concessões eram suas por direito de lei, garantido pelas Bulas Pontifícias, Alexandre VI edita a terceira *Inter Coetera*, que apesar de ser editada apenas em junho, foi datada de 4 de maio. Através dela, Alexandre VI dividiu o dito Mar-Oceano em duas partes, a partir de um meridiano localizado a 100 léguas entre os arquipélagos de Açores e Cabo Verde. Esta terceira bula, além de ferir diretamente os interesses de Portugal, e até mesmo a sua legitimidade, garantida pelas Bulas Pontifícias, era confusa na demarcação. Atendendo aos interesses de Fernando e Isabel, reis de Castela e Aragão, Alexandre VI publica a bula *Eximiae Devotionis*, em julho de 1493, datada, porém, de 03 de maio do mesmo ano, concedendo a estes os privilégios que os reis portugueses gozavam. Não aceitando os termos desta bula, Portugal propõe nova divisão, utilizando-se um paralelo que passasse pelas Ilhas Canárias, sendo esta proposta favorável aos lusitanos, os quais já se consideravam amparados pelo direito. Mas a Espanha retoma a questão através da bula *Dudum-Siquidem*, de 25 de novembro de 1493, que revogava todas as “constituições, doações, concessões, faculdades e assinações, favorecidas anteriormente a quaisquer reis, príncipes, infantes ou quaisquer outras pessoas ou ordens militares” (MEDEIROS, 1985, p.138). Isso gerou mais oposição por parte de Portugal, e as negociações entre D. João II e os Reis Católicos desembocaram na assinatura, em 7 de junho de 1494, do Tratado de Tordesilhas, dividindo assim o mundo entre Portugal e Espanha, divisão ratificada pela bula *Era Quae Pro Bono Pacis*, a 24 de janeiro de 1495. Isto gerou o descontentamento de outras nações européias em vias de expansionismo, tais como Inglaterra, França e Holanda, que não reconheceram o tratado e passaram a invadir as posses de ambos os reinos.

**CAPÍTULO II**  
**A PRESENÇA FRANCESA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE**

Durante o século XV, a Europa vivenciou a transição da Idade Média para a Idade Moderna, período marcado pelas Grandes Navegações. Estas, por sua vez, testemunharam o pioneirismo de Portugal na exploração das vias marítimas, na descoberta de novas rotas comerciais e da posterior anexação de novos territórios, como as ilhas no litoral atlântico da África, e mais tarde, pelas explorações e descobertas da Espanha. O processo expansionista destas duas nações culminou com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, o qual, ratificado pela Igreja Católica, como vimos acima, dividiu o mundo entre estas duas potências a partir de um meridiano situado a 370 léguas da ilha de Cabo Verde, cabendo a Portugal as terras já conhecidas e as serem descobertas a leste dessa demarcação; e à Espanha, as terras ao oeste. Em 22 de abril do ano de 1500, a armada de Pedro Álvares Cabral chega ao sul do continente americano, no que seria futuramente o Brasil. Existem dúvidas, e algumas teorias, quanto a quem teria avistado primeiramente as terras brasileiras, e em qual lugar teria pisado pela vez primeira. Três prováveis navegadores espanhóis, anteriores a Cabral, teriam sido Alonso de Hojeda, Vicente Pinzón e Diogo de Lepe, dentre outros. Tavares de Lyra (1988) cita os dois primeiros em *História do Rio Grande do Norte*, utilizando explicações de Porto Seguro. Com relação a Alonso de Hojeda tem-se: "... em fins de julho de 1499, navegando em companhia dos célebres Pilotos Juan de la Cosa e Américo Vespuccio, se encontrara com terra, proximamente na latitude de cinco graus ao sul da Equinocial, a qual terra era baixa, alagada e de vários esteiros e braços de rios, não podendo ser outra senão a do Açú..." (p. 23); tal afirmação, segundo o próprio Lyra, foi contestada posteriormente, com bons fundamentos, por Capistrano de Abreu em *O Descobrimento do Brasil e seu Desenvolvimento no Século XVI*. Quanto a Vicente Pinzón, Lyra explica: "... como companheiro de Colombo, fora capitão da Niña, sabe-se que chegou a um cabo que denominou de Santa Maria de la Consolación. Muitos querem que esse cabo tenha sido o de Santo Agostinho, em Pernambuco, entendendo outros que fosse a ponta de Mucuripe, no Ceará. Ainda alguns pensam ter sido o Cabo Branco, na Paraíba" (p. 23). Embora Tavares de Lyra não faça menção a Diogo de Lepe<sup>5</sup>, este seria citado mais tarde por Tarcísio Medeiros em 1973, em *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos do Rio Grande do Norte*, e em 1985, *Proto-História do Rio Grande do Norte*, onde diz: "Segundo Varnhagen, em fins de junho de 1499, Juan de la Cosa e Américo Vespúcio, companheiros de Alonso de Hojeda, encontraram terra à latitude de cinco graus ao sul da equinocial, certamente o delta do Rio Açú. Diogo de Lepe, logo depois chegava também à região, tanto que o planisfério de La Cosa, de outubro de 1500, já registrava o

<sup>5</sup> Seu nome real era Diego Rodriguez, mas este era também conhecido como *Diego de Lepe* (ou Diogo); a nomenclatura varia de autor para autor;

Fazem parte de

contorno e acidentes topográficos considerados norte-rio-grandenses, como: a foz do Rio Açu, a Ponta do Tubarão, o Morro do Tibau, etc.” (p. 20). Mas, embora existam discussões a respeito do primeiro navegador a pisar no Brasil, oficialmente se credita tal façanha a Cabral. Deve-se levar em conta, no entanto, o contexto em que os navegadores se encontravam, uma vez que a região do continente americano em que navegaram pertencia oficialmente a Portugal. Assim, se revelassem seus feitos poderiam pôr em cheque a estabilidade diplomática entre seus reinos, restabelecida em Tordesilhas. Depois da primeira expedição de Cabral, D. Manuel I envia uma segunda expedição a fim de tomar maior conhecimento da terra nova. Desta, participa Américo Vespúcio, e cujo comandante é até hoje motivo de discussões, embora o senso comum entre a maioria dos historiadores aponte para Gaspar de Lemos. A partir de então, a Coroa portuguesa parece ter dado pouca importância à exploração do Brasil, restringindo suas ações apenas à defesa da terra contra invasores, de forma que a ação de aventureiros parece ter sido bem mais efetiva para a exploração e o conhecimento graduais do território do que a própria iniciativa da Coroa. Embora a maioria – senão a totalidade – dos historiadores se refira a estes exploradores – sobretudo aos franceses – como “contrabandistas”, este é um termo mal utilizado, pois, em sentido real, há uma diferença entre “contrabandista” e “entrelopo”. Tal diferença acaba por alicerçar generalizações e, em escala maior, como “efeito dominó”, interpretações erradas ou tendenciosas dos fatos históricos. O termo “contrabando” – do qual o termo “contrabandista” é derivado – é explicado como “s.m. Comércio proibido; introdução de mercadorias estrangeiras sem pagar os direitos”, conforme o Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa; por sua vez, o termo “entrelopo”, é dado como “s.m. Comerciante marítimo que no tempo colonial infringia o monopólio de Portugal e Espanha.”. Este último, portanto, é mais adequado à interpretação dos fatos aqui estudados. Mesmo por que, embora a definição do termo “entrelopo” também faça menção a “contrabandista”, e na definição de “contrabando” – conforme o dicionário acima – se fale em direitos, deve-se levar em consideração que os monarcas franceses não reconheciam o “direito” de Portugal e Espanha sobre os territórios então repartidos. Embora, nos séculos XV e XVI, a Igreja Católica tenha amparado a Portugal e posteriormente à Espanha, deve-se lembrar que este era um arranjo apenas entre essas duas nações e Roma, e que outras nações como França e Inglaterra não intervieram diretamente na questão por enfrentarem problemas internos. Um outro ponto a se esclarecer em torno dessa diferença de sentido entre os termos está na própria diferença entre os comerciantes e os corsários. Os comerciantes eram entrelopos, homens que comercializavam com os índios, indiferentes ao tratado de Tordesilhas e/ou à soberania de Portugal sobre os territórios. Carregavam

armamentos, mas apenas como forma de defesa aos ataques das esquadras portuguesas. Já os corsários, embora realizassem ações de saque propriamente dito, e apresamento de carga de outros navios, praticavam um ato de guerra, distinto da pirataria, e condizente com o contexto histórico da época. Estes, por sua vez, não praticavam o escambo com os índios, ao contrário dos primeiros, e tiveram sua participação num momento posterior ao dos entrelopos (a partir da década de 30 do século XVI). É de conhecimento comum que o termo “corso” significa algo como “modalidade de guerra que se prolongou do século XVI ao XVIII, empregada por nações européias que não podiam enfrentar o poderio marítimo da Espanha ou da Inglaterra”. A tática adotada consistia, essencialmente, em excursões ou investidas de navios armados contra navios mercantes, com o propósito de apresar suas cargas, ação esta, que, eventualmente, se fazia igualmente contra portos e povoações litorâneas. Os navios com *carta de corso* tinham autorização de um governo beligerante para atacar os barcos mercantes de bandeira inimiga, tendo direito à participação nos lucros auferidos. Há, assim, nítida distinção entre corso e pirataria. Só para ilustrar, o litoral brasileiro foi alvo, nos primeiros séculos do descobrimento, de freqüentes ataques de corso, sobretudo de corsários franceses, holandeses e mesmo ingleses. Contudo, é imprescindível salientar que existiam também piratas, homens fora-da-lei que agiam por conta própria, pilhando e saqueando embarcações unicamente para proveito próprio. Mas estes eram criminosos, sem apoio de nenhum Estado, sendo oriundos de vários países, e não só da França, Inglaterra, Holanda. O nítido abandono do Brasil por parte da Coroa portuguesa durante as três primeiras décadas do século XVI é consequência direta de acontecimentos relativos às Grandes Navegações. O fato de Vasco da Gama ter alcançado o porto de Calicute, na Índia, em 17 de abril de 1498, abrindo finalmente a rota marítima para o lucrativo comércio com o Oriente, desviou as atenções de Portugal, apesar de toda a repercussão que o descobrimento do Novo Mundo gerou para a Europa. Isso permitiu a visitação, e mesmo a instalação por parte de navegadores de outras nações, em território brasileiro; sobretudo dos franceses, que se instalaram no Brasil e, mais especificamente, para fins deste trabalho, no Rio Grande do Norte<sup>6</sup>. A presença dos franceses neste território é sentida desde 1516, segundo Tarcísio Medeiros.

Em janeiro de 1515, assumia o trono francês Francisco de Angoulême –Francisco I –, num reinado que seria marcado por acontecimentos de grandes proporções, em especial de origens religiosa e militar, durante a primeira metade do século XVI. Foi nesse reinado que se intensificaram as incursões ao litoral brasileiro – e norte-rio-grandense, em especial –,

---

<sup>6</sup> Embora em várias partes deste trabalho seja feito um enfoque maior – e talvez exclusivo – ao RN, em face dos objetivos deste trabalho, cabe lembrar que a ação francesa se deu ao longo de quase toda a costa brasileira.

causando a deterioração das relações diplomáticas de França e Portugal. Segundo Adriana Lopez, em *Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil*, a coroação de Francisco I foi muito bem recebida, pois “renovou o ânimo das comunidades de homens de negócios e dos armadores dos movimentados portos do litoral da França Atlântica” (2001, p. 35). Também de acordo com Lopez, os súditos da Normandia e Bretanha – territórios que ainda não estavam totalmente incorporados à monarquia francesa –, nutriram esperanças de obter financiamento do novo rei para suas empresas em ultramar, a fim de buscar os lucrativos gêneros encontrados no sul do continente americano. O que talvez fosse característica marcante de Francisco I era sua atitude frente à associação de Portugal e Espanha a Roma. Contestou e condenou veementemente o monopólio sobre o Oceano Atlântico concedido pela Igreja Católica às potências Ibéricas. Consta que Francisco I é o autor da célebre frase na qual contesta ironicamente o tratado de Tordesilhas e a atitude de Roma sobre a partilha do mundo entre portugueses e espanhóis, indagando sobre a suposta cláusula do testamento de Adão que o excluía dessa partilha<sup>7</sup>. Verdadeira ou não, esta anedota histórica se verifica adequada à realidade geopolítica do século XVI. Era a justificativa do modo francês de expansão marítima. Um dos fatores que influenciaram no reinado de Francisco I e, de certa forma, em sua atitude expansionista, é de origem religiosa. Em 1516, um ano após a coroação do rei francês, Lutero publicava seus primeiros trabalhos, e em 1517, as suas famosas 95 teses. Dois anos depois, tais trabalhos chegaram à França, espalhando-se rapidamente e adquirindo grande popularidade, a ponto da publicação em francês ter sido proibida. Mas isso não impediu a difusão do protestantismo no país, o que findaria dividindo a França entre os fiéis alinhados a Roma e os adeptos da fé reformada. Curiosamente, no aspecto religioso, Francisco não pendeu diretamente para nenhum dos dois lados. Seu reinado foi marcado pela conciliação entre ambos, não tomando a Corte posição radical, nem pendendo favoravelmente a nenhuma das causas, mas, ao contrário, procurando amparar a ambas, o que pode parecer uma ambigüidade, mas que no fundo tem explicações lógicas e nos dá uma noção das relações políticas e diplomáticas da época. Não obstante, foi durante o seu reinado que ocorreu em França uma inquietante rivalidade e guerra civil entre católicos e protestantes, tendo culminado em massacres e perseguições mútuas. Se, por um lado, Francisco I não queria romper com Roma – por esta lhe conceder alguns benefícios, como o poder de nomeação dos membros do clero –, por outro, ele também fez concessões aos protestantes. Os ricos comerciantes do litoral da França Atlântica – Bretanha, Normandia, Dieppe, Honfleur, e

---

<sup>7</sup> “Le soleil luit pour moi comme pour les autres. Je voudrais bien voir ca clause du testament d’Adam, qui m’exclut du partage du monde”.

outros –, aderiram largamente à fé reformada, além de membros da própria Corte francesa e funcionários de alto escalão do Estado. Essa rivalidade entre católicos e protestantes ajuda também a explicar o curso e os constantes ataques franceses às embarcações portuguesas. Com as hostilidades religiosas crescendo ao passar do século, os ataques mútuos em alto-mar se tornaram cada vez mais ferozes e cruéis, pois agora eram instigados pelo ódio religioso<sup>8</sup>.

Adriana Lopez deixa isso claro:

No mar os enfrentamentos entre portugueses e franceses se tornaram cada vez mais violentos. A disputa assumiu a feição de uma espécie de guerra santa, pois a maioria dos marinheiros do litoral da Bretanha e da Normandia havia se convertido à religião reformada [...] Era, pois, com gosto redobrado que os portugueses abordavam as naus dos inimigos “hereges” e que os franceses assaltavam as embarcações “papistas.” (LOPEZ, 2001, p. 89)

Outro fator a se observar, que se verifica crucial e decisivo para a expansão francesa durante o século XVI – sobretudo no Novo Mundo – foi o contexto geopolítico na Europa, como bem observa Adriana Lopez: “A dura realidade européia, em que se processava a formação dos Estados nacionais e se consolidavam os primeiros impérios coloniais, parecia negar à França seu quinhão na partilha dos novos mundos e rotas comerciais que então se descortinavam. A morte do imperador Maximiliano e a eleição de seu neto, Carlos de Habsburgo, rei de Espanha, para o trono do Sacro Império Romano Germânico, em 1519, jogou um balde de água fria nas pretensões dos negociantes e armadores da França Atlântica...” (2001, p. 36). A Europa passava pela formação de seus Estados Nacionais, com os primeiros impérios coloniais começando a se estabelecer. Em 1519, sobe ao trono do Sacro Império Romano Germânico, Carlos V, de Habsburgo. Dois anos mais tarde, a França e o Sacro Império iniciam uma longa e dispendiosa guerra, que acabou minando as pretensões francesas no Novo Mundo. Francisco I teve de segurar, em várias frentes, a Carlos V, dono de vasto império espalhado por quatro continentes, “onde o sol nunca se punha”, e de grandes extensões da Europa. Em poucos anos de guerra contra o Sacro Imperador, Francisco I, de França, sofreu várias derrotas, até que, em 1525, foi capturado na batalha de Pavia, o que o forçou a assinar o Tratado de Madri, perdendo sua influência na península itálica. Essa guerra acabou com os recursos da França, e levou Francisco à necessidade de assinar um tratado de aliança, ou melhor, a um tratado de não-agressão e neutralidade, com João III, rei de Portugal.

<sup>8</sup> Todavia, tal constatação não se relaciona à ocupação francesa no Rio Grande do Norte, restringindo-se aos ataques em alto-mar e na região da França Antártica.

Por outro lado, entretanto, Francisco I não poderia abrir mão dos vultosos lucros que obtinha com o comércio marítimo estabelecido em ultramar e dos lucros obtidos também pelos corsários.

A presença francesa no Brasil ao longo da primeira metade do século XVI, segundo Tarcísio Medeiros, foi efetiva o suficiente para que se estabelecesse um núcleo de colonização no sudeste, na atual Baía da Guanabara, posteriormente conhecida como “França Antártica” – que existiu de 1555 a 1567. Relatos dizem de navegadores franceses e suas viagens às terras brasileiras alguns anos depois de Cabral, como a viagem da nau L’Espoir<sup>9</sup> em 1503, e mesmo antes, como foi o caso da expedição de Jean Cousin, em que este “teria estado no litoral do Atlântico Sul em 1488” (LOPEZ, 2001, p. 30), embora tal expedição nunca tenha sido cientificamente comprovada. No Rio Grande do Norte, vários historiadores dão notícia da presença de franceses de 1516 a 1518; Olavo de Medeiros Filho vai ainda mais longe ao afirmar que o litoral do Rio Grande era testemunha da presença de navegadores franceses já em 1503, o que de certa forma corrobora, ou ao menos reforça, os relatos trazidos por Adriana Lopez, e a teoria de que a costa brasileira (e a norte rio-grandense) teria sido desbravada e visitada muito antes do que se tem correntemente como conhecido. Situada a cerca de 5 graus da chamada “linha Equinocial”, a costa do Rio Grande do Norte, inicialmente conhecida como “rio dos Tapuios”, posteriormente referida como “rio Potengi”, e, com a colonização portuguesa, pelo nome de “Capitania do Rio Grande”, apresentava uma singular característica geográfica – sua localização no globo –, sendo o ponto mais próximo do litoral do continente africano, e local de parada quase obrigatório para qualquer navegador que cruzasse o Atlântico, pois proporcionava lugar para aguadas – o reabastecimento de água potável –, reaprovisionamento de mantimentos, reparos das embarcações ou mesmo abrigo, através do trato amigável com os autóctones. Além disso, a região era rica em pau-brasil, do qual se extraía a tinta vermelha para o tingimento de tecidos, bastante requisitado no continente europeu, o que rendia grandes quantidades de lucro a quem o vendesse, e que era um dos produtos de escambo de parte dos indígenas. Atraídos pela lucratividade que oferecia o pau-brasil, e burlando a soberania lusitana estabelecida pelo tratado de Tordesilhas, os ricos comerciantes dos portos franceses da Normandia e da Bretanha viajavam para essa costa com regularidade. Tarcísio Medeiros deixa isso bastante claro em *Proto-História do RN*: “As guerras da França não faziam diminuir o ardor e a atividade dos seus homens no mar, estimulados por tantos lucros, sobremaneira pelo ‘Bois de Pernambouc’, ou o pau-brasil,

---

<sup>9</sup> O relato desta viagem encontra-se, segundo Adriana Lopez, traduzido por Leyla Perrone-Moisés, *Vinte luas, viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992);

droga bastante necessitada na Europa. A visita destes franceses ao Brasil já era sentida desde 1516, obrigando o então monarca, D. Manuel, aos enérgicos protestos diplomáticos, para depois transigir e negociar acordos com notáveis corsários do tempo, como aquele João Afonso e o célebre João Anjo, depois visconde de Dieppe...” (MEDEIROS, 1985, p. 190). Recentemente, Adriana Lopez, em *Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil*, reafirma o interesse da França Atlântica no comércio do pau-brasil: “Uma vez difundida a notícia proveniente de Lisboa, os franceses dos portos da Normandia e da Bretanha partiram no encalço dos navegadores portugueses, decididos a tornarem-se fornecedores e distribuidores de materiais tintoriais às manufaturas têxteis das cidades do litoral atlântico francês, principalmente Dieppe e Rouen” (2001, p.31). Medeiros cita Jean Anjo, uma figura importante entre os franceses. Armador e corsário de grande poder, Anjo possuía um verdadeiro império marítimo privado, cujo poderio era suficiente para enfrentar inimigos de grande porte. Lopez também fornece uma boa descrição. Seus pilotos, “entre os quais estavam vários portugueses<sup>10</sup>, passaram a freqüentar as terras dos nativos potiguares, nos atuais estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, a partir de 1518.” (2001, p. 49). Apesar do pioneirismo luso-espanhol na descoberta do Novo Mundo, foram os franceses a primeira civilização européia que teve contato com os indígenas e quem com eles primeiro estabeleceu aliança. Isso lhes garantiu rápido acesso a vários locais dentro dos territórios ocupados pelos potiguares, por exemplo. Dentro do objetivo principal deste trabalho, que se propõe indicar aonde há prováveis resquícios materiais e residuais das ocupações francesa – abordada neste capítulo – e holandesa – a ser abordada futuramente, cita-se aqui, através das palavras de Tarcísio Medeiros, o vasto domínio francês no território, consequência das relações que estabeleceram com os potiguares – tanto de comércio quanto de miscigenação: posses “desde o cabo de São Roque até a fronteira, então fixada na Baía da Traição, passando por Acejutibiró, Goaripari, Itapitanga, Ceará - Mirim, especialmente as regiões de Gaujiru e Extremoz, Potengi (Aldeia Velha de Igapó), Búzios, Pipa, Tabatinga, Curimataú e Aratipicaba<sup>11</sup>, a Baía Formosa; a presença deles é descrita nas informações de Gabriel Soares de Souza, em 1598. O francês Jacques de Voudeclaye, que riscou a costa do Nordeste brasileiro, no século XVI, assinalou no Rio Grande os locais de tabas dos gentios amigos

---

<sup>10</sup> O suborno de pilotos portugueses pelos franceses era uma prática comum, em virtude de o conhecimento náutico luso ser muito mais avançado (cerca de um século de adiantamento dos portugueses com relação aos franceses).

<sup>11</sup> Nome dado pelos índios ao que hoje é o município de *Baía Formosa*, segundo Câmara Cascudo. Para maiores informações vide Luiz da Câmara Cascudo, *Nomes da Terra*, p. 63.

deles, com quem mantinham troca de mercadoria e viviam já em miscigenação...” (MEDEIROS, 1985, p.190-191).

Os franceses foram também os primeiros a desbravar o rio Potengi e suas proximidades, alcançando a principal taba dos potiguares, Igapó ou Aldeia Velha; lá, nas praias da margem esquerda do Rio Grande, fizeram amizade ainda com alguns *tuxauas*, como Poti, Jacaúna, Surupiba, Jaguarari e Ibiratinim; pela margem direita, no local onde mais tarde Natal seria fundada pelos portugueses, fizeram amizade com Pau Seco, Sorobobé e Ilha Grande. Fizeram também uma primeira incursão pelo rio Guamoré; construíram feitorias na ilha da Redinha – em Guajiru, onde se encontra a atual lagoa de Extremoz e o município homônimo<sup>12</sup>; em Muriú, aportaram para reabastecimento de provisões. A localidade de Búzios também foi bastante visitada, principalmente pela abundância do pau-brasil. Embora não se tenha um total conhecimento da história da Capitania do Rio Grande durante a presença francesa, sabe-se que sua ocupação em território norte rio-grandense não foi algo intermitente. Existem menções às atividades de comércio com os índios em todo o decorrer do século XVI. Nos Anais da Biblioteca Nacional, volume XIII, fascículo 1<sup>o</sup><sup>13</sup>, encontra-se três menções em diferentes épocas: duas à Baía da Traição, em 1574 e 1584, e outra ao porto de Búzios, já no final de sua ocupação.

Aproximadamente na metade da década de 1530 ficou claro para a Coroa portuguesa que manter o comércio pelas rotas marítimas do Índico seria dispendioso e inviável no longo prazo. Decidiu então volver as atenções ao comércio marítimo pelas rotas do Atlântico. Ao tomar conhecimento dos riscos que corria sua soberania no Brasil a Coroa reage, promovendo assim políticas de colonização, além de aumentar as pressões diplomáticas sobre os franceses - a maior pressão era para que fossem anuladas as cartas de corso, visando acabar com essa prática e fazer respeitado o Tratado de Tordesilhas. Primeiramente, D. João III estabeleceu o sistema de capitanias hereditárias; a João de Barros e Aires da Cunha coube a administração da Capitania do Rio Grande, que se estendia por cem léguas, da baía da Traição, ao sul, à Angra dos Negros, ao norte – dividida em dois lotes de 50 léguas entre ambos. Em 1535, Aires da Cunha que, juntamente com João de Barros, associara-se com o donatário da capitania do Maranhão, Fernão Álvares de Andrade<sup>14</sup>, chefia uma expedição de

<sup>12</sup> “‘São Miguel do Guajiru’, aldeia dos jesuítas, de fins do séc. XVII a 1760 quando se tornou a VILA DE ESTREMOZ.” (CASCUDO, 1965, p. 89); atualmente o município é denominado Extremoz;

<sup>13</sup> Esses anais foram compilados em formato eletrônico (arquivos PDF) e disponibilizados na página da Biblioteca Nacional.

<sup>14</sup> Surpreendentemente, no livro de Gabriel Soares de Souza, *Tratado Descritivo do Brasil 1587*, encontra-se uma nota, um comentário no final do livro em que Francisco Adolfo de Varnhagen afirma que se descobriu, através de documentos encontrados na Torre do Tombo, que a capitania de João de Barros era mista, ao passo

reconhecimento, posse e povoamento formal da capitania. Ia acompanhado de filhos de João de Barros, João e Jerônimo de Barros, e um delegado de Fernando Álvares de Andrade. Zarpando de Olinda, após chegar ao Brasil, dirige-se para o território da Capitania do Rio Grande, indo ancorar na foz do Rio Baquipe – o nome indígena do futuro rio Ceará-Mirim<sup>15</sup>, a aconselhado que fora por Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco. Para lá chegar cruzara pelo porto de Búzios e pela boca do Rio Grande – o hoje chamado Potengi. No ancoradouro escolhido, e após ter despachado uma “frusta” – pequena embarcação utilizada para desembarque nas praias –, a expedição é atacada pelos potiguares, auxiliados pelos franceses, retirando-se às pressas, após algumas baixas. Contudo, Luís da Câmara Cascudo (1999) afirma, em *História do Rio Grande do Norte*, nunca ter estado Aires da Cunha no Rio Grande. Segundo o autor, a batalha do rio Baquipe, na qual a força portuguesa de 900 homens (e da qual participaram, sim, os filhos de João de Barros) fora atacada por índios potiguares auxiliados por franceses, teria ocorrido após o naufrágio de Aires da Cunha no Maranhão, e da fundação do povoado de Nazaré. Câmara Cascudo propõe ainda, e prova através de documentos da época, que houve uma segunda expedição à Capitania do Rio Grande, esta feita em provavelmente 1555, chefiada pelos mesmos filhos de João de Barros, João e Jerônimo de Barros. Teve, entretanto, o mesmo destino da primeira. Para comprovar esta segunda expedição, Câmara Cascudo cita um alvará de 1561 de Dom Sebastião, e uma minuta, esta sem data, de Jerônimo de Barros<sup>16</sup>. Em 1548 a Coroa adota o sistema de Governo-Geral, tentando salvar assim as Capitânicas – em cuja maior parte haviam fracassado as tentativas de colonização –, através de uma centralização do poder, sendo revertidas à Coroa muitas das capitânicas cuja colonização falhara. A historiografia conta que ela permaneceria desocupada pelo donatário desde a malfadada expedição de Aires da Cunha, em 1535, sendo revertida à Coroa em 1570, com a morte de seu donatário, João de Barros. A partir daí passou a ser visitada pelos franceses, até a fundação da Fortaleza dos Reis Magos, em 1598. Entretanto, o alvará de 1561, de D. Sebastião, também esclarece um ponto importante na história colonial norte rio-grandense. Além de tratar da segunda expedição colonizadora, que também fracassou, este documento mostra que para além dos franceses, a

---

que ele, juntamente com Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade, eram donos comuns de 225 léguas de costa, e não das léguas que lhes cabiam isoladamente em cada capitania, como é sabido. Contudo, não existe nenhuma comprovação ou menção feita por autores de que as fronteiras das capitânicas tenham desaparecido, tendo sido este evento, ao que parece, apenas a consequência do acordo feito entre os três homens de colonizar suas terras em comum.

<sup>15</sup> Câmara Cascudo faz referência a este rio, em *Nomes da Terra*, de 1965, também com os nomes de *Rio Doce*, *Rio da Redinha* e *Rio Pequeno*, sendo o mesmo desaguadouro da Lagoa de Extremoz.

<sup>16</sup> O conteúdo desta minuta encontra-se em CASCUDO, Luís da Câmara, *História do Rio Grande do Norte*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serv. de Documentação, 1955.

Capitania do Rio Grande era visitada e assaltada também por portugueses, oriundos tanto de outras Capitanias como também do próprio Reino. Tem-se no alvará de D. Sebastião:

Eu El-Rei, faço saber a quantos êste meu Alvará virem que João de Barros, Feitor das Casas da Índia e Mina, me enviou dizer que El-Rei meu senhor e avô, que santa glória haja, lhe fêz mercê de uma Capitania na costa do Brasil nas terras de Santa Cruz, onde se chamam os Pitiguares, *para onde fêz uma armada haverá vinte anos em que despendeu muito de sua fazenda, e haverá cinco que mandou outra em que foram dois filhos seus a povoar a dita terra, o que não houve efeito por os gentios dela estarem escandalizados assim dos moradores das outras Capitanias como de pessoas deste Reino que vão a dita Capitania fazer saltos e roubos cativando os gentios da terra e fazendo-lhes outros insultos, de maneira que, querendo seus filhos tomar um pôrto na dita sua Capitania para se proverem do necessário, por os ditos gentios estarem escandalizados e de pouco tempo atrás salteados de gente portuguêsã, lhe mataram um língua, com outro homem, e lhê feriram outros e trabalharam para matarem a todos, para se vingarem dos males e danos que tinham recebido de navios no dito porto lhe tinham feito saltos [...] (CASCUDO, 1999, p. 18-19).*

Juntamente com outros documentos, citados no mesmo capítulo em que aparece este alvará, Câmara Cascudo mostra que a Capitania do Rio Grande nunca esteve esquecida pelo seu donatário, ao que estima o autor ter ocorrido a reversão da Capitania à Coroa portuguesa após 1580.

Mesmo tendo sido permanentemente expulsos do território norte rio-grandense, os franceses deixaram aqui suas marcas: afinal, foi o primeiro contato dos nativos com a cultura e modo de vida europeu. Os recém chegados exploraram a terra em parte, tendo sido os primeiros a firmarem aliança com seus os “donos originais”, além de promoverem a interação cultural através, principalmente, dos “línguas”, ou intérpretes, que passavam a conviver com os nativos, assimilando em troca a sua língua e seus costumes. Uma das provas mais visíveis da passagem dos franceses em terras norte-rio-grandenses é a herança genética que passaram para as gerações seguintes.

Durante o tempo em que visitaram e ocuparam as terras ditas “potiguares”, fazendo comércio e convivendo entre os gentios da terra, os franceses – primeira sociedade européia a estabelecer contato efetivo com o ameríndio –, passaram por várias regiões da terra chamada de “rio dos Tapuios”, mais tarde conhecida por “rio Potengi”. Conforme citado neste trabalho, os franceses ocuparam localidades em quase toda a costa norte-rio-grandense, do Cabo de São Roque à baía da Traição, então fixada como fronteira, além de adentrar o rio Potengi e fazer tratados de amizade com as aldeias ao longo deste rio. Situado entre as baías do Ano Bom e da Coroa – distantes 10 léguas uma da outra –, o rio Potengi, conhecido antes por “rio Grande

dos Tapuias”, pelo fato deles pescarem ao longo deste e no mar da baía do Ano Bom, o Potengi tem sua nascente onde hoje é o município de Cerro Corá, e daí se estende por cerca de 130 quilômetros até o mar, e foi explorado ao longo de sua extensão. Nele, os franceses conseguiram alcançar a taba mais importante da região, a Aldeia Velha (ou Igapó), e consolidar alianças com os índios potiguares. Gabriel Soares de Souza, grande cronista da época colonial, traz descrições interessantes: “... o rio Grande está em dois graus<sup>17</sup> da parte do sul, e vem de muito longe e traz muita água, por nele se meterem muitos rios; e, segundo a informação do gentio, nasce de uma lagoa<sup>18</sup> em que se afirma acharem-se muitas pérolas.” (SOUZA, 2001, p.38). Gabriel Soares de Souza continua descrevendo as terras da capitania. Mais adiante se encontra:

Perdendo-se, haverá dezesseis anos, um navio nos baixos do Maranhão, da gente que escapou dele que veio por terra, afirmou um Nicolau de Rezende, desta companhia, que a terra toda ao longo do mar até este rio Grande era escalvada a maior parte dela, e outra cheia de palmares bravos, e que achara uma lagoa muito grande que seria de 20 léguas pouco mais ou menos; e que ao longo dela a terra era fresca e coberta de arvoredos; e que mais adiante achara outra muito maior a que não vira o fim, mas que a terra vizinhava com ela era fresca e escalvada e que em uma e em outra havia grandes pescarias, de que se aproveitavam os tapuias que viviam por esta costa até este rio Grande, dos quais disse que recebera com os mais companheiros bom tratamento<sup>19</sup> (SOUZA, 2001, p.38).

O autor destaca ainda uma ilhota que se faz presente na saída do Parnaíba<sup>20</sup> para o mar, dividindo-a em duas barras, por onde entrariam navios vindos da costa. Gabriel Soares aponta, entre a saída para o mar do rio Parnaíba e o cabo de São Roque, os “baixos de S. Roque, os quais arrebentam em três ordens, e entra-se nesta baía por cinco canais que vêm ter ao canal que está um arrecife e outro, pelos quais se acha fundo de duas, três, quatro e cinco braças, por onde entram os navios da costa à vontade...” (SOUZA, 2001, p.39). Do cabo de São Roque à ponta de Goaripari distam seis léguas, sendo a terra lisa e desprovida de

<sup>17</sup> Embora Gabriel Soares de Souza utilize a mesma nomenclatura para dois rios distintos, mencionando com o mesmo nome, posteriormente, o atual rio Potengi, o Rio Grande citado nesta passagem é o atual rio Parnaíba, no estado do Maranhão.

<sup>18</sup> Provavelmente alguma lagoa nas proximidades do município, possivelmente já extinta.

<sup>19</sup> O bom relacionamento entre brancos e índios constituiu um elemento fundamental o estabelecimento do europeu em solo americano, e isso se aplica tanto aos franceses (que talvez souberam aproveitar mais eficazmente esta vantagem) quanto aos próprios portugueses, mais tarde senhores definitivos da terra.

<sup>20</sup> É possível que esta ilhota já não exista mais, em decorrência dos agentes naturais.

vegetação, com esparso arvoredos; da ponta de Goaripari à enseada de Itapitanga<sup>21</sup> distariam sete léguas, sendo o local entre ambas repleto de arrecifes, e, ainda segundo Gabriel Soares de Souza, entre esses arrecifes “e a terra entram naus francesas que surgem nesta enseada à vontade, sobre a qual está um grande médão de areia...” (SOUZA, 2001, p.39); ademais, segundo o autor, o solo nesta região era fraco e estéril, razão pela qual nela não havia presença indígena. Tarcísio Medeiros nos fala de incursões francesas pelo rio Baquipec em *Estudos de História do Rio Grande do Norte*, no ano de 2001, fato este evidenciado por Gabriel Soares de Souza. Este afirma que pelo rio Pequeno – este rio era conhecido pelos indígenas, à época, como Baquipec, sendo hoje nomeado Ceará-Mirim, e distante oito léguas da ponta de Itapitanga – entravam chalupas francesas, fazendo o escambo com os índios em troca do pau-brasil, e retornando a preciosa carga ao grupo estabelecido na enseada de Itapitanga. Seguindo-se na linha descritiva de Gabriel Soares de Souza, chega-se ao Rio Grande<sup>22</sup>, do qual o autor destaca a excelente navegabilidade, que possuía a barra funda, permitindo a entrada de navios de vários portes – o que naturalmente permitiria um melhor reconhecimento das regiões ao longo do rio: “Tem este rio um baixo à entrada da banda do norte, onde corre água muito à vazante, e tem dentro algumas ilhas de mangues, pelo qual vão barcos por ele acima quinze ou vinte léguas e vem muito longe...” (SOUZA, 2001, p. 40). Cabe destacar aqui ainda a abundância de pau-brasil e de ribeiras, ao passo que embora não seja muito adequado para a povoação, possui um grande potencial para a instalação de engenhos de cana-de-açúcar. Aqui também se teria descoberto pelos portugueses um castelhano chamado Diogo Pais, que convivendo com os potiguares, servia de intérprete aos franceses que por aqui passavam<sup>23</sup>. Sabe-se que os franceses ocuparam também o porto de Búzios, distante cerca de dez léguas do rio Grande. Tal local teria sido ocupado devido à abundância do pau-brasil, mas também pela presença de um búzio, utilizado como moeda entre o gentio e mesmo em transações comerciais em outras partes do mundo, conforme já citado. Gabriel Soares de Souza fala da presença também de grandes lençóis de areia, semelhantes aos encontrados na baía de Todos os Santos. Seguindo-se na direção sul encontra-se, a cerca de nove léguas de Búzios, um rio denominado Itacoatigara. O nome dado a este rio seria oriundo de uma característica sua, a pedra em forma de losango (o formato de

---

<sup>21</sup> Esta enseada estaria próxima à povoação de Macaíba, segundo se pode deduzir de Câmara Cascudo. O mesmo se refere ao termo “Tapitanga”, que afirma ser “Povoação em Macaíba”, como derivante de “Itapitanga”, conforme citado neste trabalho.

<sup>22</sup> Neste caso trata-se, sim, do rio Potengi.

<sup>23</sup> Adriana Lopez nos fala em “Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil” que buscar portugueses experientes através de suborno foi uma tática bastante utilizada pelos franceses; outro exemplo desses serviços prestados por lusitanos é o próprio Diogo Álvares, o “Caramuru”, também citado por Lopez, sendo que este atuava pelo recôncavo da baía de Todos os Santos.

Esses mapas foram aqui utilizados, conforme mostram as fotografias, expostas mais abaixo. Embora não indiquem os locais exatos da ocupação francesa, pode-se ter uma noção da área por onde os mesmos passaram. É possível identificar alguns dos locais anteriormente indicados, tais como a Baía da Traição, os Baixos de São Roque, a lagoa de Guarairas, o rio Camaratibe (figura 1), as Barreiras Vermelhas e a enseada de Itacoatiara, dentre outros (figuras 2 e 3).

**Figura 2** – Mapa que compreende o trecho entre o Rio Grande e a Baía do Tubarão, no atual Estado do Maranhão



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

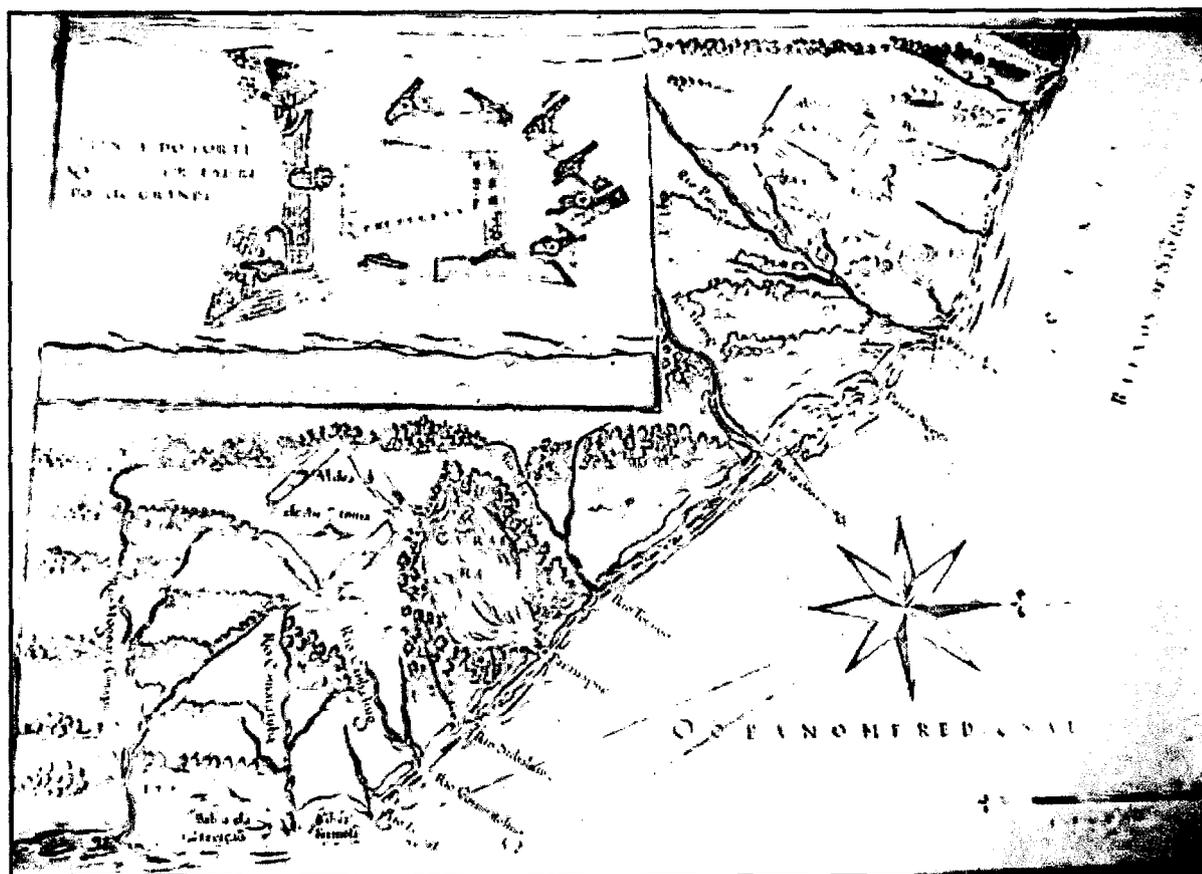
**Figura 3** – Vista aproximada do litoral setentrional da Capitania do Rio Grande, representando o trecho entre o Rio Grande e enseada de Itacoatiara, após as Barreiras Vermelhas



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

uma pipa, ao que Itacoatigara significaria “ponta da pipa”) presente nele. Entre o rio Itacoatigara – cujo nome real era Garatuí – localiza-se a enseada de Tabatinga, local que também abrigava ancoradouro para naus francesas. Como pontos finais desta breve descrição cito a região compreendida entre os rios *Goaramatai* e *Camarative* – distantes duas léguas um do outro –, a enseada de Aratipicaba, “[...] onde dos arrecifes a dentro entram naus francesas e fazem sua carga” (SOUZA, 2001, p. 40) e a região compreendida entre o rio Camarative (Camaratibe) e a fronteira com a capitania da Paraíba, fixada na baía da Traição – conhecida pelos índios como Acajutibiró, ou Acejutibiró<sup>24</sup>. Também aqui os “mairs” (como eram nomeados os franceses pelo gentio) se estabeleceram e carregavam grandes quantidades do pau-brasil. No *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, de Diogo de Campos Moreno, dois mapas (páginas 81 e 82, respectivamente) ilustram a costa norte-rio-grandense em detalhes, trazendo os principais rios e povoamentos, da Baía da Traição ao rio Pititinga, no primeiro mapa, e do Rio Grande à Baía do Tubarão, no Maranhão.

**Figura 1** – Mapa que retrata o trecho entre a Baía da Traição ao Rio Pititinga



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

<sup>24</sup> As nomenclaturas de rios e de outros pontos geográficos ao longo das regiões possuíram diversas variações no decorrer dos tempos;

Esses mapas foram aqui utilizados, conforme mostram as fotografias, expostas mais abaixo. Embora não indiquem os locais exatos da ocupação francesa, pode-se ter uma noção da área por onde os mesmos passaram. É possível identificar alguns dos locais anteriormente indicados, tais como a Baía da Traição, os Baixos de São Roque, a lagoa de Guarairas, o rio Camaratibe (figura 1), as Barreiras Vermelhas e a enseada de Itacoatiara, dentre outros (figuras 2 e 3).

**Figura 2** – Mapa que compreende o trecho entre o Rio Grande e a Baía do Tubarão, no atual Estado do Maranhão



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

**Figura 3** – Vista aproximada do litoral setentrional da Capitania do Rio Grande, representando o trecho entre o Rio Grande e enseada de Itacoatiara, após as Barreiras Vermelhas



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Não foi possível, para fins deste trabalho, identificar todas as localidades citadas por Gabriel Soares de Souza, a fim de atualizar as informações. Entretanto, durante uma conversa informal com Tásia Hortencio de Lima Medeiros, professora de Geografia Física do Brasil, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi possível identificar alguns desses pontos<sup>25</sup> propícios à entrada de embarcações. Tais locais se localizavam em áreas que fazem parte, hoje em dia, do perímetro urbano da cidade de Natal. A *Baía dos Reis* é um desses locais indicados. Situada no atual bairro de Santos Reis, esta baía distava nove léguas do chamado “rio de João de Lisboa”; outro local apontado pela professora Tásia é a *Ponta dos Fumos*. Esta estava situada no prolongamento da *Rua Voluntários da Pátria*, próxima onde hoje está o prédio da COSERN, e abrigava uma fonte de água potável. O *rio da Cruz*, também citado por Gabriel Soares de Souza; dele também se aproveitavam os navegadores. Este rio teria se localizado próximo ao marco no limite sul da cidade do Natal, no início de seu povoamento. Hoje o rio que ali corre é denominado de *Baldo*. Contudo, Câmara Cascudo faz menção a um rio situado no mesmo local, a “Santa Cruz da Bica”, porém com outros nomes:

[...] A cruz do sul fincou-se no declive do Baldo, margem de um córrego ainda resistindo e visível, rio do Baldo, o velho Rio da Bica, Rio de Beber, o Tiuru de George Marcgrave, Tiçuru na *Descrição de Pernambuco em 1746*. É a Santa Cruz da Bica, guardados os fragmentos dentro do Cruzeiro que está erguido na praçuela lateral. (CASCUDO, 1999, p.52).

Ademais a estas fontes, em *Notas para história do Rio Grande do Norte*, de Olavo de Medeiros Filho encontra-se um capítulo que trata de um mapa elaborado por Jacques de Vaudeclaye, intitulado *Partie de La Guyane et Littoral du Brésil Depuis La Guyane Jusqu'au Rio Real*. Este mapa retrata, através de ilustrações, o litoral nordestino, da Bahia ao Maranhão. Para o Rio Grande do Norte, Olavo de Medeiros extraiu as anotações presentes neste mapa, os acidentes geográficos, e os descreveu; embora nem todos os acidentes mencionados por Jacques de Vaudeclaye tenham mencionados também por Gabriel Soares de Souza, tem-se, com o estudo dos escritos desse mapa, uma descrição complementar ao que já se é conhecido historicamente. Jacques de Vaudeclaye parece ter percorrido boa parte do litoral do Rio Grande, não adentrando muito o território, o que é quase nítido de se depreender da ocupação francesa da Capitania. Serão aqui mencionados alguns pontos listados por

<sup>25</sup> A mesma também ressaltou a dificuldade em encontrar tais informações.

Jacques de Vaudeclauye que merecem destaque. Segundo Olavo de Medeiros<sup>26</sup>, neste mapa o Rio Grande começa na Baía de São Domingos, na Paraíba, limitando-se ao norte às proximidades do rio do Parcel, um dos únicos pontos citados por Voudeclaye que também se encontra em Gabriel Soares de Souza. Este rio, segundo o autor, corresponderia ao atual rio Acaraú, no atual estado do Ceará. A atual Chapada do Apodi aparece neste mapa com várias denominações no decorrer de sua extensão, destacando-se os nomes de *Monte de São Miguel* e *Morro do Tibau*. Voudeclaye menciona também um rio homônimo ao monte citado, o Rio de São Miguel, que corresponderia hoje ao rio Apodi/Mossoró. Gabriel Soares de Souza também faz menção a este Rio de São Miguel, situando-o a 3 léguas da Baía das Tartarugas. Outro ponto destacado por Voudeclaye foram os *Baixos de São Lucas*, apontados como perigosos à navegação. Estes correspondem hoje aos baixos de João da Cunha, defronte à barra do atual rio Mossoró, que nasce na serra de Luís Gomes. Segundo Olavo de Medeiros estes baixos distam pouco mais de 17 km da terra; a dita *Baía das Tartarugas*, mencionada por Gabriel Soares de Souza, aparece nas anotações de Olavo de Medeiros. Esta corresponderia à pequena faixa litorânea ocupada pela barra do rio Açu, tido no mapa por *Rio Primeiro (R. Premier)*. A foz deste rio, segundo Olavo, possuía cerca de cinco braços, que desapareceram com o tempo. Voudeclaye também menciona no mapa a *Grande Baía do Parcel*. Esta corresponderia hoje à baía compreendida entre o rio Guamaré e a Ponta dos Três Irmãos, no litoral setentrional do Rio Grande do Norte. Olavo de Medeiros destaca dois montes de formato cônico existentes no lado leste desta baía, denominados Cabugi e Cabugzinho. Dos locais signados pelo cartógrafo em seu mapa, trazidos por Olavo de Medeiros, cabe ainda citar aqui o *Rio de Ouytacas*, que Olavo cogita ser o atual rio de Touros; a *Costa de Maranguape*, ou Maxaranguape. No mapa consta uma inscrição na qual fica claro que os indígenas chamam uma aldeia, neste local, situado entre o Cabo de São Roque e Touros, de *Souasoutin*, que Olavo de Medeiros diz interpretar, pelo idioma tupi, ter esse nome o significado de “Focinho de Veado” (“Çuaçu Tin”, na língua indígena), “provavelmente o nome de um chefe indígena, aliado dos franceses...” (MEDEIROS FILHO, 2001, p. 36). Tal constatação atesta a amplitude da aliança francesa com as tribos indígenas da Capitania do Rio Grande; têm-se ainda menções ao *Cabo de São Roque*; ao *rio Potengi*, ao qual aparecem algumas legendas, falando de uma aldeia indígena, e de uma montanha de areia branca tida

<sup>26</sup> Embora os acidentes geográficos e seus nomes tenham sido extraídos do mapa de Jacques de Voudeclaye, a descrição desses pontos, alguns dos esclarecimentos, são feitos pelo próprio autor, baseado nos escritos de Voudeclaye, seja como traduções ou deduções lógicas, e que também utiliza, na íntegra, notas em francês do cartógrafo, que não serão utilizadas aqui; para fins deste trabalho, as informações contidas neste parágrafo pertencem ao capítulo estudado no livro, não se tendo estudado o mapa per si.

como bom ancoradouro, ao sul do rio; ao *rio Pitimbu*, destacando-se sua boa navegabilidade, assim como um riacho de água doce; *Tabatinga* aparece com várias legendas, o que parece atestar alguma importância. Para este local são destacados uma aldeia, de nome *Random*<sup>27</sup>, que possui a capacidade de fornecer 600 guerreiros para os franceses, assim como intenso tráfico de peles de animais e aves; ao *Rio Pernambuco*: “Antigo escoadouro da Lagoa de Guaraíras. O mapa apresenta um ‘chemin’ (caminho<sup>28</sup>), partindo da lagoa para o interior” (MEDEIROS FILHO, 2001, p. 38); *Aratipicaba*, hoje correspondente à Baía Formosa; por fim, são mencionados *Ramaciot*, nome que correspondia à antiga povoação de Igramació, atual cidade de Vila-Flor; o *rio Curimataú*; e a *Baía de São Domingos*, que hoje faz parte do território da Paraíba. No final do capítulo, que trata do mapa de Jacques de Vaudeclaye, Olavo de Medeiros Filho trata ainda de algumas legendas indicativas, as quais abordam os Tapuias. Estes residiam no sertão que corresponde às ribeiras dos rios Açu-Piranhas e Mossoró-Apodi. Tais legendas trazem informações a respeito das aldeias, e destacam principalmente a capacidade das mesmas de fornecerem grandes quantidades de homens às fileiras das tropas francesas. Para o autor, este mapa, referente ao Nordeste brasileiro, parece ser evidência da existência de um plano maior por parte da ocupação francesa, com fins à conquista militar não só do Rio Grande, mas do Nordeste como um todo, da mesma forma que tentaram fazer no Rio de Janeiro.

Com uma grande abundância de pau-brasil, principal gênero comercial procurado pelas potências européias que pelo Brasil passaram no decorrer do século XVI, início da colonização das terras brasileiras, e uma geografia permeada de rios e entradas, que permitiram uma maior exploração do interior desta parte do continente, o Rio Grande do Norte serviu de fornecedor desta madeira durante quase um século aos franceses; isso também pode servir para reforçar a idéia de uma presença muito maior, não só francesa como também portuguesa, em decorrência dos consideráveis lucros gerados pelo pau-brasil. Tais aventuras podem não estar totalmente registradas em documentos escritos, ou os documentos que a registraram podem ter se perdido no decorrer de 500 anos de história. Há que se atentar à exploração arqueológica, buscando-se e encontrando-se evidências materiais, sendo esse um dos objetivos deste trabalho, frisar a importância de um estudo mais aprofundado sobre a nossa história auxiliada pelos mais diversos meios, considerados seguros e viáveis.

---

<sup>27</sup> A mesma parece ser chamada de *Pernambuco* pelos franceses; Olavo de Medeiros Filho teoriza ser esta aldeia de Random correspondente à aldeia de Papari, que hoje corresponde à cidade de Nisia Floresta.

<sup>28</sup> O historiador e arqueólogo Walner Barros Spencer e o engenheiro aeronáutico Levy Pereira parecem fazer menção a este mesmo caminho em seu trabalho, intitulado *Margrave – Trilhas e Caminhos Coloniais do Rio Grande do Norte*, apresentado no II Encontro Internacional de História Colonial, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre 16 e 19 de setembro de 2008.

**CAPÍTULO III**  
**PRESENÇA E DOMINAÇÃO HOLANDESA NO RIO GRANDE DO NORTE**

Conforme nos contou a História e seus agentes, desde os cronistas quinhentistas até historiadores contemporâneos ao século XXI, o século XVI foi marcado por fatos singulares e assistiu a dominação e pioneirismo ibérico sobre os mares; os eventos desenvolvidos a partir daí moldariam a história do continente americano (sobretudo do Brasil e, mais especificamente, do Rio Grande do Norte.). Durante este século, Portugal toma posse das terras descobertas a Oeste do Velho Mundo, no “Mar-Oceano”, além de estabelecer rotas marítimas às Índias, prática essa que lhe garantiu vultosos lucros, em decorrência de seu monopólio; paralelamente, durante considerável período de tempo, dispensou pouca importância ao Brasil. Mas com o avançar do século, a Coroa portuguesa viu a necessidade de povoar sua maior colônia – infestada pelos franceses – já que o comércio com o Oriente se verificava dispendioso e bastante arriscado. Ademais, o Brasil era rico em pau-brasil, cujo comércio somava grandes lucros. Com isso, foram implantadas políticas de colonização e povoamento, além do combate ostensivo à ação francesa.

Contudo, a Espanha viria a seguir o desenvolvimento de Portugal, e isto, somado a alguns outros fatores, traria conseqüências que desfechariam no ataque holandês à “Terra Brasilis”. Sabe-se que portugueses e holandeses eram bastante próximos. Conforme a historiadora Denise Mattos Monteiro, estes últimos tinham uma participação direta no comércio marítimo exercido por Portugal.

Com uma rica burguesia de mercadores e usurários e cidades importantes nas rotas mercantis daquele continente, a Holanda constituía, no começo do século XVI, quando os europeus chegaram à América, a maior potência comercial do mundo, mas era, politicamente, uma possessão espanhola, chamada então de ‘Províncias Setentrionais’. Sua burguesia, se não havia participado do movimento inicial das grandes navegações, que implicariam na ‘descoberta’ de novos territórios por Portugal e Espanha, far-se-ia presente no processo de incorporação da América ao capitalismo mercantil europeu através de sua frota mercante – a maior então existente na Europa – e do controle da distribuição dos produtos coloniais naquele continente. Era principalmente em seus navios que se transportavam as mercadorias que cruzavam o Atlântico e eram comerciantes holandeses que dominavam sua distribuição por cidades européias. (MONTEIRO, 2007, p. 14)

A partir de 1519 a Espanha começa a se configurar como potência, à altura de Portugal. Neste ano, Carlos de Habsburgo<sup>29</sup> herda o trono de seu avô paterno, Maximiliano I de Habsburgo, imperador da Alemanha, e passa a constituir um dos maiores impérios já vistos sobre o planeta, abarcando possessões em toda a Europa, na Ásia e também nas Américas.

---

<sup>29</sup> Seu título varia de acordo com a região, de Carlos V da Alemanha (em termos gerais) a Carlos I (na Espanha).

Carlos V passaria então o trono da Espanha<sup>30</sup> a Filipe II em 1556. Este, cerca de 24 anos após o início de seu reinado, assumiria o trono português, no episódio conhecido como a “União Ibérica<sup>31</sup>”. Até que se livrasse do domínio espanhol e retomasse a sua independência política em 1640, Portugal teve que encarar as conseqüências inerentes à sua união com a Espanha. Em 1580, dissidências e rivalidades religiosas (como se sabe, a esfera religiosa exerceu grande influência em processos históricos durante a história da humanidade, no que o século XV assistiu também a divisão da cristandade entre o catolicismo e o protestantismo, fundado por Martim Lutero) levam a Holanda<sup>32</sup>, que adotara a chamada “fé reformada” a decretar sua independência da Espanha, mas ainda lutaria por cerca de 80 anos até completar o processo de separação e ter sua independência reconhecida. Durante as hostilidades com Filipe II e seus sucessores, a Holanda, em virtude da proibição do comércio com as colônias portuguesas – que, conforme já citado, Portugal, e conseqüentemente suas colônias, estavam subordinados à soberania espanhola à época –, da rivalidade religiosa e do lucrativo comércio de especiarias, passaria a hostilizar e atacar as possessões luso-espanholas no Atlântico, a fim de não só obter os lucros do comércio marítimo, como também comprometer gradualmente a capacidade de guerrear espanhola, que dependia fundamentalmente da exploração de suas colônias ultramarinas.

Para o esforço de guerra contra a Espanha e assegurar posições no Oriente, as Províncias Unidas se utilizaram da fundação de uma companhia, em 1602, a Companhia das Índias Orientais, dando-lhe autonomia política e autorização a comercializar e estabelecer tratados e pactos no Oriente, assim como também declarar guerra em nome dos Estados Gerais, como bem nos conta Tavares de Lyra (1998, p. 70). Vendo os grandes lucros arrebanhados por essa companhia e acreditando que a mesma tática poderia dar certo também no Ocidente, o comerciante e diplomata Guilherme Usselinex propõe a fundação de uma nova companhia, a Companhia das Índias Ocidentais, cujo objetivo principal seria atacar e dominar o Brasil. Mas Guilherme enfrentaria oposição na execução de seu plano, como conta Robert Southey em *História do Brasil*. Contra a sua idéia pesariam alguns fatores: acreditava-se que

<sup>30</sup> Durante o seu reinado, Carlos de Habsburgo doa suas possessões austríacas a seu irmão Fernando, permanecendo ele, Carlos, apenas com a Espanha.

<sup>31</sup> Em 1578 D. Sebastião, então rei de Portugal, morre na batalha de Alcácer-Quibir, na África, sem deixar herdeiros e gerando assim uma crise sucessória. O trono lusitano passa então a seu tio, D. Henrique, que morre dois anos depois, prolongando a crise sucessória. Assim, Filipe II é reconhecido, dentre outros possíveis candidatos, como rei, pelas instituições mais altas do poder luso;

<sup>32</sup> Embora este termo seja de certa forma generalizante, está sendo aqui usado apenas para situar o leitor de forma mais simplificada; o território que hoje é denominado “Holanda” fazia parte de uma possessão espanhola chamada “Províncias Setentrionais”, segundo a historiadora Denise Monteiro. Com a proclamação da independência, a Holanda passaria então a fazer parte da “República das Sete Províncias Unidas”.

era a Holanda muito pequena para este projeto tão audacioso, e que sendo as especiarias do Brasil por demais semelhantes às da Ásia, os lucros das duas companhias iriam acabar competindo entre si, causando prejuízos mútuos; outra objeção que pesou contra a idéia de Guilherme Usselinex frisada por Southey foi o fato de que caso houvesse algum triunfo, outras potências européias, mesmo as por ora amigas, acabariam adotando a mesma prática, o que resultaria em hostilidades e guerras; também pesou contra Usselinex a expectativa de que os portugueses contarem com massivo auxílio dos índios, com quem tinham contato havia um século; ainda se opôs a lembrança de que, como uma região de dimensões continentais, o Brasil seria deveras mais difícil de defender do que uma ilha. A resposta a essa oposição foi clara e calculada:

[...] dizia-se que os naturais ardiam por arrojarem o jugo dos portugueses, e que estes mesmos, uns por ódio a Castela, outros por seus casamentos com cristãos novos, e conseqüentemente por receio da inquisição, ou de boa mente fariam causa comum com os holandeses, ou fraca resistência lhes oporiam, para o que bastava tratá-los bem e dar-lhes plena liberdade de consciência. S. Salvador e Olinda, as duas praças, cuja posse mais importava haver, eram acessíveis por mar [...] (SOUTHEY, 1965a, p. 108).

Assim, a 3 de junho de 1621 estava fundada a Companhia das Índias Ocidentais, à qual foram concedidos os privilégios de autonomia e o monopólio sobre comércio do oceano Atlântico por 24 anos, dentre outras concessões, direitos e obrigações regulamentados por quarenta e cinco cláusulas; concomitantemente ao fim de uma trégua de doze anos<sup>33</sup> estabelecida entre a Espanha e as Províncias Unidas. Começaria então a invasão ao Brasil.

A primeira invasão aconteceria na Bahia, então capital da colônia, em 1624. Apesar da fraca resistência e da vitória fácil, os holandeses não durariam muito tempo nesta paragem, sendo expulsos pouco mais de um ano depois, em maio de 1625. Tal derrota significou duro golpe nos recursos da Companhia das Índias Ocidentais. Por outro lado, segundo Sérgio Luiz Bezerra Trindade, em *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, utilizando uma descrição de Arno Wehling, o apresamento de vários navios espanhóis que carregavam prata permitiu a formação de nova força invasora (TRINDADE, 2007, p.48). Desistindo da Bahia, os holandeses resolvem atacar Pernambuco, o maior centro produtor de açúcar, não só da

---

<sup>33</sup> Tavares de Lyra fala, com aparente indignação, que apesar da trégua de doze anos, os holandeses não pararam de atacar e aprisionar navios portugueses e espanhóis, e que durante esse período as investidas contra o Atlântico acabaram por aumentar.

colônia como também do mundo, e a partir daí também as capitanias ao norte, dentre elas o Rio Grande. Mais uma vez a Coroa hispano-portuguesa demonstrou descaso pela segurança da colônia, como nos informa Tavares de Lyra, ao dizer que, entre os cinco anos que se levou para organizar a expedição que tomaria Pernambuco e estabeleceria os holandeses no setentrião nordestino por 24 anos, as notícias da formação de tal força chegaram ao conhecimento de Madri e Lisboa, ao que ambas nada além fizeram de recomendar ao governador-geral do Brasil para que conservasse e mantivesse em bom estado as fortalezas e as guarnições, e nomear Matias de Albuquerque Maranhão para a superintendência de guerra e fortificação das capitanias do Norte. Os únicos reforços materiais enviados teriam sido cerca de vinte e sete soldados e algumas munições (LYRA, 1988, p.71). Desembarcando próximo à Olinda em 14 de fevereiro de 1630, os holandeses tomam a cidade dois dias depois, sem muita resistência; a cidade de Recife teria o mesmo destino cerca de um mês depois. Matias de Albuquerque, então designado governador de Pernambuco em 1629, substituindo André Dias de França, retira-se para o interior da capitania, comanda a retirada dos moradores do Recife e refugia-se no Arraial do Bom Jesus com o resto de suas tropas. Apesar de razoavelmente bem estabelecidos, os holandeses padeceriam por cerca de um ano, enfrentando as forças portuguesas, que baseavam sua estratégia em emboscadas (são vários os autores que descrevem, alguns exaltando certo brio, os chamados “terços de emboscada”). O arqueólogo e historiador Walner Barros Spencer esclarece em seu trabalho, *Margrave – Trilhas e Caminhos Coloniais do Rio Grande do Norte*, a importância e o funcionamento das táticas de guerrilha empregadas pelos portugueses em Pernambuco:

Como sabemos, esse tipo de guerra é baseada na ação de pequenas unidades táticas que atacam de inopino e de súbito desaparecem nas matas (...) a guerra dos pernambucanos: rápida, solerte, fugaz, com tropas de todos os tipos e cada uma demonstrando novas peculiaridades de luta, quase que intangíveis, que faziam uma guerra visando o enfraquecimento de recursos da outra parte, ao esgotamento de seus víveres, a lhe impor dificuldades logísticas, com ataques e fugas quase que instantâneas, baseados tanto no conhecimento da terra para seus movimentos quanto para a sua alimentação” (SPENCER; PEREIRA, 2008, p. 5)

Ante o avanço holandês sobre a Capitania de Pernambuco, e da notícia de que se preparava, na Holanda, uma grande armada de reforço, Madri envia dois mil homens em reforços às capitanias do norte, sob a chefia de D. Antonio Oquendo, que chegara em julho de 1631 trazendo recursos para as capitanias da Bahia, Paraíba e Pernambuco. Partindo da Bahia

em setembro, D. Antonio Oquendo encontra a armada do almirante Pater<sup>34</sup>, que havia sido enviada a reforço, vencendo-a em batalha naval. Esse revés acabou condenando a ocupação holandesa em Olinda. Sem reforços e sob constantes ataques em um local de difícil defesa, os holandeses são forçados a recuar, abandonando a cidade em novembro. Olinda é então pilhada e destruída, com exceção apenas das moradias cujos donos pagaram para que fossem poupadas. Confinados no Recife com o que restava de sua força – cerca de 7 mil homens – os holandeses fazem uma manobra desesperada e audaciosa: nesse ínterim (durante os últimos meses em Olinda, e após agruparem-se no Recife) enviam tropas à incursão de várias capitânicas. Depois de falhar a tentativa de invasão à capitania da Paraíba, em novembro de 1631 com sérias perdas, é enviada uma expedição ao Rio Grande, a 21 de dezembro do mesmo ano, mas esta recua ao se deparar com a força de Matias de Albuquerque, que estava na Paraíba, e sabendo da invasão, foi ao socorro da capitania. Até a conquista definitiva do Rio Grande, em 1633, foram tentados dois ataques. O termo “ataque” verifica-se aqui assaz vago; Sérgio Luiz Bezerra de Trindade menciona, em *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, quatro tentativas. Entretanto, ele não define o que seria “ataque”. Como se sabe, foram várias as incursões, mas quais delas se pode considerar um ataque propriamente dito? Para fins de lógica, utiliza-se neste trabalho a concepção de “ataque” como uma manobra militar na qual se utiliza equipamentos bélicos e tropas em larga escala, tais como esquadras, exércitos e artilharia, cujo fim é a conquista concreta e efetiva de um território. Entretanto, antes de planejarem seus ataques à capitania do Rio Grande, os holandeses fizeram largo uso de expedições de conhecimento. A primeira delas, mencionada pela grande maioria (senão a totalidade) dos historiadores é a de 1625. Nos Anais da Biblioteca Nacional (que, conforme já dito anteriormente, estão disponíveis na Internet através do site da Biblioteca Nacional, em formato PDF), volume XXX, que traz a *História ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* por Joannes de Laet, diretor da Companhia, e traduzido pelos Doutores José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior, encontra-se a descrição desta incursão, que contou com várias entradas, durando de junho ao começo de agosto de 1625: depois de tentar explorar algumas vezes sem sucesso a costa nas proximidades do rio

---

<sup>34</sup> Adriaen Jancz Pater; na página eletrônica do Diário de Pernambuco, em uma seção sobre a história de Pernambuco, existe uma versão através da qual o preparo da armada holandesa se deu em resposta ao preparo da armada de Dom Antonio Oquendo, e não o contrário, como diz Tavares de Lyra, assim como outros. Vale ressaltar que para a construção deste tópico foram utilizadas obras importantes, como os Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, as Memórias Diárias de Duarte de Albuquerque Coelho, e a obra de Frei Vicente do Salvador, dentre outros. Para a visualização completa do conteúdo vide <[http://www.pernambuco.com/diario/2003/10/27/especialholandesesf175\\_0.html](http://www.pernambuco.com/diario/2003/10/27/especialholandesesf175_0.html)> acessado em 22/10/2008.

Paraíba, assim como o rio per si, o almirante Veron<sup>35</sup> decide rumar para a Baía da Traição, a cerca de 20 de junho. Eis a descrição da Baía da Traição na letra dos holandeses:

Esta bahia está situada na altura de 6 gr. e um terço à banda do sul, uma grande légua ao norte do rio Mamanguape, do qual se lançam uns arrecifes até diante da dita bahia. Nestes arrecifes há tres aberturas, por onde se entra na bahia: entre a extremidade septentrional delles e a praia ha um parcel, por ambos os lados do qual se passa, quer entrando, quer sahindo, e póde-se surgir tanto avante quanto se queira, mas adiante é melhor, porque, em se entrando algum tanto, encontra-se fundo agudo, e aguas pouco profundas. A terceira barra é no remate septentrional por entre os mesmos arrecifes, mas só dá passagem a navios pequenos e hyates; as outras entradas dão passagem á navios grossos; e tem seis, sete e oito braças d'agua. Estes arrecifes de prèa-mar ficam alagados, mas de baixa-mar se descobrem, e servem de anteparo aos navios, que surgem dentro da bahia, porque nelles arrebenta o mar. Em terra encontram-se sómente algumas matas e uma grande lagôa, que tem de largo um quarto de legua, e prolonga-se por espaço de duas entre a praia e terras grossas. Havia á margem desta lagôa um pequeno povoado, onde tinham os Portuguezes uma capella. (LAET, 1912, p. 95)

Na primeira entrada em que os holandeses fizeram, o capitão Stapels seguiu para este povoado com uma pequena tropa de escolta, mas os portugueses que a habitavam haviam fugido. Lá, durante cerca de 2 ou 3 dias, ergueram uma trincheira e barracas para soldados doentes de escorbuto, e foram bem recebidos pelos índios, que os trataram pacificamente e ofereceram seu auxílio contra os portugueses, “cujo jugo suportaval mal soffridos” (LAET, 1912, p. 96), além de encontrarem uma casa com trinta caixas de açúcar. Ao dia 25 de junho deu-se a segunda entrada. O capitão Boshuysen marcha para o sertão em busca de mantimentos para os doentes, retornando no dia 19 de julho apenas com quatro cavalos. No começo de julho é mandada nova entrada, da qual participaram o capitão Swart e o vice-almirante Jan Van Dijke. Acompanharam-nos soldados, marinheiros e índios. Durante esta entrada encontraram resistência portuguesa, matando dez holandeses. Retornam a cerca de 4 do mesmo mês, também com poucos mantimentos. No dia 5 de julho o capitão Boshuysen é novamente mandado. Teria subido o rio Mamanguape, segundo seus cálculos, aproximadamente 8 léguas, avistando algumas casas de portugueses, e trazendo algumas peças de rês. Voltou 3 dias depois. No dia 9 parte nova entrada – a quinta desde que os batavos haviam desembarcado na Baía da Traição – a subir o rio Mamanguape, chefiada pelo capitão Stapels. Enquanto sua tropa retornou três dias depois trazendo mais gado, este

<sup>35</sup> A armada era comandada pelo general Boudewijn Hendricksz; o almirante Andries Veron teria a esta tropa se juntado posteriormente, com um navio e um iate. Estranhamente, no documento oficial da Companhia das Índias Ocidentais, na descrição desta expedição, o nome de Hendricksz quase não é citado, apesar de ter sido o chefe da tropa.

chegaria ao quartel apenas no dia 13, sem ter encontrado resistência. A sexta e última entrada, citada pela maioria dos historiadores, foi a do capitão Uzeel Johannes de Laet, iniciada no dia 19 de julho. O local exato de onde esta entrada ocorreu é incógnito, não sendo mencionado nem mesmo no próprio documento da WIC. Dela apenas se sabe que se deu em “caminho do Rio Grande”, e durante ela foi encontrado um engenho com trezentas caixas de açúcar e muito gado, mas que nada disso foi aproveitado. O capitão Uzeel chegou no dia 23 ao quartel, sem trazer outra coisa que não limões para os enfermos. Denise Mattos Monteiro traz algumas informações complementares a respeito desta incursão, afirmando que a esquadra de Boudewinj teria aportado na “Baía da Traição, para abastecer-se de água e alimentos, de onde saiu uma patrulha terrestre de observação” (MONTEIRO, 2007, p. 32). Neste mesmo parágrafo, a autora frisa o contato estabelecido com os índios Tupi-Potiguara por parte dos holandeses, do qual alguns índios acabariam partindo para a Europa, onde aprenderiam a ler e escrever, e seriam catequizados, passando conhecimentos sobre sua terra, e voltando mais tarde para servirem de intérpretes<sup>36</sup>. Já em maio de 1630 um pequeno grupo liderado por Adriano Verdonck teria entrado em Cunhaú, passado pela aldeia de Mipibu e finalmente chegado a Natal, onde até mesmo o Forte dos Reis Magos teria sido examinado, ainda que discreta e cautelosamente; em 1631 haver-se-ia ocorrer mais duas expedições. Na primeira delas embarcaram Marcial, – índio que fugira dos acampamentos portugueses e fora ao Recife, em nome dos chefes cariris Janduí e Oquenuçu, solicitar a ajuda dos holandeses e a ocupação da capitania do Rio Grande – juntamente com André Tacou, Araroba e Francisco Matawe, índios que serviriam de intérpretes e mediadores, a fim de estabelecer alianças para os holandeses com outras tribos e colher dados sobre o litoral que fosse costeado<sup>37</sup>. Desceram a 15 de outubro, dois dias após a partida, num local chamado Ubranduba<sup>38</sup>, ao norte do rio Potengi. Cerca de 25 dias depois, uma tropa que ia por terra, liderada pelo capitão Albert Smient, encontra, guiada pelo clarão de uma fogueira à noite, um português, João Pereira, que transportava ninguém menos que André Tacou, juntamente com outros seus e mais 17 mulheres e crianças. O português acabaria sendo morto e André Tacou liberto, além dos outros índios. Como se sabe, o português trazia consigo documentos importantes sobre a capitania do Ceará, que teriam sido muito úteis na conquista desta. Smient então volta ao

<sup>36</sup> Vê-se novamente a utilização de intérpretes, como fizeram os franceses, com a diferença que os holandeses levaram índios para a Europa ao invés de deixarem dos seus ao convívio com o gentio; além dos intérpretes, os holandeses se aprofundaram no relacionamento com os índios, procurando sempre estabelecer alianças com as tribos, obviamente com as nações inimigas das tribos que eram aliadas aos portugueses. Essa tática verificar-se-ia bastante eficaz com o passar do tempo.

<sup>37</sup> O destino prioritário desta expedição era o Ceará.

<sup>38</sup> Para uma descrição na íntegra desta expedição vide Sérgio Luiz Bezerra Trindade (2007, p. 49); Tavares de Lyra (1998, p. 75-76) também deve ser consultado, a fim de se cruzar informações trazidas por ambos.

Recife, seguindo Joost Closter sua jornada pelo litoral, até chegar ao Ceará. No Livro Oitavo da História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, referente ao ano de 1631, compilado no volume XXXVIII dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontram-se as descrições de todo o litoral costeado durante esta expedição. A segunda expedição de 1631 foi a tentativa de assalto à capitania, que conforme mencionada acima, não obteve sucesso. Câmara Cascudo traz uma descrição diferente desta expedição, que foi utilizada por Sérgio Luiz Bezerra Trindade. Segundo tal descrição, os holandeses, ao passarem muito próximo ao Forte, teriam enfrentado fogo deste, e retrocedido para a praia de Ponta Negra. Após a marcha da praia até a cidade, a qual teria exaurido a forças das tropas, estas teriam desistido do ataque. Cascudo parece não dar muito crédito a esta teoria, ao que uma marcha de dezoito quilômetros não poderia deter tropas experientes. Supõe então que os holandeses teriam preferido permanecer algum tempo em Genipabu, abastecendo-se de gado e saqueando algumas casas. Dois anos se passariam até que se fizesse o segundo e derradeiro ataque<sup>39</sup> à capitania, composto de 808 homens e onze embarcações, combinando ações terrestres com apoio naval. Partindo de Recife a 5 de dezembro de 1633 A tropa em terra teria desembarcado na praia de Ponta Negra a 8 de dezembro do mesmo ano, e marchado até Natal, encontrando insignificante resistência no caminho (apenas uma casa, que, segundo consta no diário da expedição, trazido à tona Tavares de Lyra, fez desnecessária resistência, ao que aos invasores teria passado despercebida, não tivesse disparado contra a tropa). No dia 10 as tropas em terra se estabelecem numa duna adjacente ao Forte, posicionando ali artilharia. Teriam também conseguido informações sobre o Forte depois da captura de um sargento-mor numa pequena escaramuça na “Ponta do Morcego”. Finalmente, no dia 11 a batalha inevitável começaria, desfechando com a rendição do Forte no dia 12 – os invasores ainda tentaram negociar uma capitulação pacífica para os portugueses, mas diante da determinação do capitão-mor Pero Mendes de Gouveia, foi vã a tentativa<sup>40</sup>. Estava conquistada, assim, a Capitania do Rio Grande, que só se libertaria do domínio holandês 21 anos depois.

Uma vez afirmado o domínio na povoação mais importante da capitania, o segundo passo para a dominação efetiva do território seria subjugar as localidades que ainda oferecessem resistência. Joannes de Laet, diretor da Companhia das Índias Ocidentais, responsável pela História dos Feitos, deixa isso patente. Embora não seja mencionado o nome do Rio Grande, isto parece ser uma regra geral, uma tática a ser empregada a fim de

---

<sup>39</sup> Conforme a lógica adotada neste trabalho, citada mais acima.

<sup>40</sup> O conteúdo da resposta de Pero Mendes pode ser encontrada em LYRA, 1998, p. 82.

enfraquecer os portugueses. No começo do Livro Undécimo, referente aos feitos da Companhia durante o ano de 1634, o mesmo afirma:

E como os Snrs. Directores Delegados não tivessem tropas bastantes para tentar qualquer empreza maior, especialmente contra a Parahyba ou Cabo de Stº Agostinho com o Forte de Nazareth, que lhe fica visinho, estando o inimigo ainda muito forte nesses logares, sem os quais não podíamos fortificar as praças que conquistássemos ou tirar qualquer proveito dellas, resolveram tanto lhes fosse possível manter o inimigo entretido em varios pontos e aproveitar todas as ocasiões de produzir-lhe algum prejuizo ou ao menos hostilizar-os em expedições inesperadas ao interior [...]. (LAET, 1925, p. 7)

E, a fim de se consolidar o objetivo da Companhia das Índias Ocidentais, que era a dominação da produção e do comércio açucareiros, partiu-se para a anexação do centro econômico. Foram feitas expedições, primeiramente para obtenção de recursos, logo após a capitulação dos portugueses no Forte dos Reis Magos, e posteriormente para exploração e tomada das vilas e povoações ainda ocupadas pelas forças lusitanas. Tavares de Lyra fala dessas primeiras expedições, tendo a primeira delas partido a 13 de dezembro. Dirigira-se a Genipabu, localizada nas proximidades de Natal, ao norte, de onde se trouxeram, no dia seguinte, 35 cabeças de gado. Animados pelo sucesso em Genipabu no dia anterior (as tropas não encontraram qualquer resistência), ainda a 14 de dezembro foi organizada outra incursão, liderada pelo major Cloppenburch. O autor deduz que tal incursão se deu provavelmente em Ferreiro Torto: “Embarcando-se em três grandes botes de vela e três botes dos navios, seguiu rio acima até o *passo do Potigi*, donde continuou a marcha por terra. Sabido que na capitania só havia então dois engenhos<sup>41</sup> – o *Ferreiro Torto* e o *Cunhaú*, – e tendo sido este último assaltado posteriormente, é fora de dúvida que os expedicionários se dirigiram ao primeiro.” (LYRA, 1988, p.87). Câmara Cascudo afirma terem morrido 67 pessoas neste ataque, dentre os quais o proprietário, Francisco Coelho, sua esposa e mais cinco filhos. Mais tarde, ainda no começo de 1634, é realizado o primeiro ataque ao engenho de Cunhaú, que abrigava um pequeno forte, razoavelmente bem aparelhado, portando cerca de dez canhões de ferro e dois arcabuzes de forquilha (o que demonstra a importância da região). Morrem aí onze portugueses e é capturado o chefe, Álvaro Fragoso. Até a reconquista da capitania, em 1654,

<sup>41</sup> Faz-se necessário aqui um alerta, ao que, embora os registros históricos nos mencionem apenas dois engenhos, existe a possibilidade de haverem existido mais, dadas as excelentes condições de solo e relevo da então capitania, que possam não ter sido mencionados, ou cujos documentos que os mencionariam possam ter se perdido; sugere-se aqui, às atuais e às futuras gerações de historiadores, pesquisas mais aprofundadas, auxiliadas pelo braço arqueológico da ciência histórica.

seguir-se-iam a este as matanças de Cunhaú e Uruaçú (ambos em 1645), além de outros, que serão oportunamente mencionados.

Quanto à administração, parece ser consenso entre os historiadores que os holandeses atuaram de forma contraditória. Entretanto, deve-se considerar o contexto em que se foi praticada essa administração. Queriam dominar a produção açucareira. Para tanto tentaram estabelecer uma política pacificadora. Logo após a tomada do Forte dos Reis Magos, eles deixaram claras as suas condições: seriam respeitadas as propriedades e a vida dos colonos, assim como seus direitos e a liberdade de culto<sup>42</sup>, contanto que convivessem pacificamente com os novos senhores, sem lhes opor resistência. Ademais, concederiam empréstimos para a reconstrução dos engenhos que haviam sido destruídos ou viessem a sê-lo, assim como o confisco dos que haviam sido abandonados. Para intimidar os moradores e assim evitar qualquer tentativa de levante, os holandeses praticaram ações como a de Ferreiro Torto e a de Cunhaú<sup>43</sup>. Tratava-se, antes de tudo, de uma tática de guerra. Já na segunda onda de violência, no tempo em que a resistência portuguesa se intensificou bastante, pode ser identificado também um tom de represália, uma reação a essa resistência e às baixas infligidas pelos lusitanos aos batavos. Tratava-se de assegurar, a qualquer custo, um território de grande importância. Um dizer de Sérgio Luiz Bezerra Trindade deixa isso bastante claro:

É certo que todo processo de conquista militar envolve violência. O da conquista do Brasil não seria diferente. Na capitania do Rio Grande, os holandeses começaram a praticar ato de violência no começo da conquista, quando assaltaram os moradores de Ferreiro Torto e, depois, de Cunhaú. Porém, com o passar do tempo e com a eliminação dos focos de resistência ao domínio holandês na capitania, cessou quase completamente os ataques holandeses. O interesse da Companhia das Índias Ocidentais era produzir açúcar.(TRINDADE, 2007, p.55)

O próprio Tavares de Lyra reconhece a importância do Rio Grande às tropas holandesas: a capitania era detentora de enorme rebanho de gado, servindo de fonte de abastecimento. Muitos historiadores parecem identificar-se, em suas obras, com o elemento português, emprestando-lhes virtudes idealizadas e concedendo-lhes solidariedade quase que pessoal. Deve-se lembrar que o português também teve sua cota de crueldades durante os 322 anos em que dominou o Brasil. Ora, não trata de se advogar a favor ou contra algum

---

<sup>42</sup> O que não era permitido pelos portugueses.

<sup>43</sup> Lembrando que o engenho de Cunhaú sofreu dois ataques, sendo o segundo deles mais brutal, enquadrando-se, por suas características, como massacre.

personagem ou personagens históricos; também não se pode negar a brutalidade e a crueldade dos massacres. Mas o historiador deve interpretar os fatos à luz de um pensamento científico, por mais que individualmente isso lhe pareça absurdo. Não se trata de defender alguém, algum personagem ou força que atuou em determinado processo histórico (neste caso, os portugueses e os holandeses), ou de lhe justificar os atos. Como historiadores, devemos ver os fatos conhecidos e estudados à luz de um arcabouço teórico imparcial. Estamos falando de homens de negócios, sob a ordem e a égide de instituições maiores, governadas por homens que tencionavam riqueza e poder. Sejam eles portugueses ou holandeses, os fins são os mesmos: a obtenção de riquezas e lucro, através da tática que lhes for ou parecer mais eficaz. Lembrando-se que tais homens de negócios possuíam também suas ambições e ganâncias pessoais. Deve-se levar em conta a atitude de alguns portugueses, como oportunamente cita Denise Monteiro. Segundo a historiadora, alguns senhores de engenho passivos, tendo se submetido aos batavos a fim de não perder o poder que tinham: “A conciliação daí decorrente entre os invasores e os senhores de engenho pode ser explicada pelo interesse desses últimos em manter, o quanto possível, o poder econômico e político até então desfrutado por eles na colônia...” (MONTEIRO, 2007, p.37).

Dentro do objetivo principal deste trabalho, constatou-se que em termos de ocupação e povoamento, os holandeses não adentraram muito o Rio Grande, apesar das expedições ao interior da capitania, instalando-se às proximidades do litoral; não teriam se expandido para o sertão, restringindo-se à região agreste, apesar da aliança com os janduís, que habitavam as áreas mais centrais da capitania, conforme afirma Sérgio Luiz Bezerra Trindade:

[...] os holandeses não incursionaram muito pelo interior, limitando-se mais às áreas litorâneas e agreste, nos atuais Municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Ares, Goianinha, Canguaretama, todo o vale do Rio Ceará-Mirim e toda a área salineira. (TRINDADE, 2007, p. 53)

Denise Monteiro também delimita eficazmente o espaço ocupado pelos batavos: “Como a presença holandesa na capitania se restringiu a uma estreita faixa litorânea – que ao norte chegava até o vale do rio Maxaranguape e a oeste até o atual município de Macaíba – o sertão continuou desconhecido pelo homem branco...” (MONTEIRO, 2007, p. 41). Esta idéia parece já não ser mais válida, dada a grande variedade de mapas existentes, muitos dos quais delimitando também as aldeias indígenas. Também existem fontes primárias e obras

retratando as tribos incolas. Câmara Cascudo também dá uma delimitação do raio de ocupação batava: “O holandês conheceu o litoral e a região agreste norte-rio-grandense. Os municípios do seu domínio compreendiam parte essencial de Canguaretama, Goianinha, Arês, São José de Mipibu, Natal, Macaíba, o antigo São Gonçalo e o vale do baixo Ceará-Mirim [...] Conheceu e utilizou as salinas de Areia Branca” (CASCUDO, 1955, p.88). Quanto à região das salinas, o autor chega a afirmar que houve produção industrial de sal, embora que breve, uma vez que os índios, que ajudavam na mão-de-obra, teriam se revoltado e matado a todos os brancos. Olavo de Medeiros Filho também faz menção a atividade salineira praticada pelos batavos. Determina que era extraído sal marinho “formado nas salinas naturais existentes a partir do rio Guamaré e que também atingiam as barras dos rios Açu e Upanema (hoje Mossoró)” (MEDEIROS FILHO, 2001, p.11). Continuando-se sobre a descrição de Câmara Cascudo tem-se que dentro dos domínios batavos

[...] ia-se até Piquiri, Pedro Velho, tôda a redondeza das lagoas de Guaraíras, Papeba e Paraguaçu (Papari) e São José, várzeas do Jacu, Baldum, Sapé, Capió, taboleiros para Cajupiranga, Pitimbu e Natal, incluindo os vales úmidos do Maxaranguape. [...] Os vales de São Gonçalo assim como Macaíba foram aproveitados mas apenas em roçarias e criação de gado. O único engenho, corrente e historicamente moente, era o de Cunhaú. (CASCUDO, 1955, p. 88).

Finalizando sua descrição, o historiador e folclorista afirma que a ocupação batava se deu em um raio de 30 a 50 quilômetros do litoral, durante a qual a região agreste foi a mais povoada. Tal informação sobre o engenho de Cunhaú não deve ser tomada por conclusiva e incontestável. Sabe-se que o Rio Grande do Norte possui terras propícias à plantação de cana-de-açúcar, abrigando potenciais possibilidades de ter possuído mais engenhos do que se tem correntemente documentado. Dos pontos ocupados pelas tropas holandesas de 1633 a 1654, na ótica deste trabalho, alguns merecem um destaque especial. São pontos em que percebe-se que a ocupação se deu de forma mais intensa, ou que parecem ter tido maior importância para o ocupante batavo. O território do atual município de Extremoz é um desses locais. A região aparece mencionada em mapas holandeses, como Marcgrave e Vingboons, e possuiu vários nomes até se chegar ao atual. Sabe-se que o local era utilizado para a produção de mandioca e de farinha em larga escala. A lagoa, hoje conhecida como lagoa de Extremoz, apresenta o que parece ser uma “língua”, ou divisória, separando a mesma ao meio. Câmara Cascudo afirma que tradicionalmente se associa esta suposta obra de engenharia ao ocupante batavo. O autor

supõe que este trabalho se deu na finalidade de “dividir a lagoa para que a parte superior, com as águas do rio Caratan, ficasse permanentemente doce e a parte inferior, salgada” (CASCUDO, 1955, p. 77). O autor ressalta que, embora não exista ou não se conheça documento batavo da época sobre este local, existem documentos posteriores que mencionam esta espécie de península, atribuindo-a ao trabalho dos holandeses. Outro ponto, também mencionado por Cascudo, é a região do Cunhaú. Nesta região, tem-se a lagoa de Guaraíras, na qual existe a chamada Ilha do Flamengo, que Cascudo afirma ter se tornado ilha propriamente dita depois de uma enchente em 1924. O mesmo especula ter sido esta ilha um aterro, uma obra de engenharia como aquela executada na lagoa de Extremoz. Lá os holandeses ergueram uma fortificação para vigiar, proteger a área e garantir o abastecimento de provisões como carne, peixe e mandioca para as outras capitânicas em sua posse. Aliás, este papel de centro de abastecimento de víveres para as outras capitânicas sob posse holandesa desempenhado pelo Rio Grande é uma característica frisada por vários historiadores. Recentemente o arqueólogo e historiador Walner Spencer destacou este traço no trabalho já citado aqui. Nesse caso, o mesmo destaca que, pela sua posição geográfica, e apesar de ser uma das capitânicas em que o homem holandês mais tempo ocupou, o Rio Grande foi uma das que menos destruição física sofreu, a despeito das batalhas que nela foram travadas. Isso permitiu ao Rio Grande manter essa situação e posição de centro abastecedor. A Ilha do Flamengo é famosa pelas batalhas em que enfrentou, em especial por uma: em janeiro de 1648 o fortim foi atacado pelo mestre de campo Henrique Dias, que partira para Cunhaú na manhã seguinte à luta. Esta batalha foi marcada por grande violência, talvez ao ponto de ser considerada como massacre. Diz-se que ninguém foi poupado, nem brancos, nem negros escravos, de qualquer sexo ou idade; 3 anos depois o local seria novamente atacado, desta vez pelo capitão João Barbosa Pinto. Sabe-se que no intervalo da primeira para a segunda batalha houve a reconstrução do forte. Um ponto que Cascudo afirma ser comum tanto na história portuguesa quanto na holandesa é o emprego de artilharia na fortificação da ilha da lagoa de Guaraíras. O autor também fala de um canhão que permaneceria atualmente em um sítio em Patané, enquanto outro estaria numa esquina da atual cidade de Arês<sup>44</sup>. Por fim, Câmara Cascudo alerta: além da vegetação ter coberto o local onde o fortim existiu, residentes das redondezas têm utilizado pedras do local em construções, que deixa claro a agressão a um potencial sítio arqueológico<sup>45</sup>. A região de Cunhaú também abrigou o engenho de mesmo nome e um fortim, que fora atacado e destruído em 1634. Até a

---

<sup>44</sup> O autor afirma ter visto as duas peças em 1932.

<sup>45</sup> O alerta, aqui, trata-se não só de trabalhar a arqueologia no local, a fim de se encontrar vestígios e se resgatar parte da história da região, mas também no sentido de educar a população local a preservar o patrimônio.

expulsão dos holandeses da Capitania do Rio Grande Cunhaú foi palco de diversos episódios, como a marcha do mestre de Campo Luís Barbalho Bezerra em 1640, uma violenta batalha, em 1645, em que o capitão João Barbosa aparece em outubro do mesmo 1645, queimando tudo, matando holandês como quem mata formigas, segundo descrição de Câmara Cascudo, à página 82 de *História do Rio Grande do Norte*. Há que se retornar aqui à crítica feita anteriormente neste trabalho, sobre a parcialidade dos historiadores para com o elemento português. Parece que, ao se falar das atrocidades cometidas pelos portugueses, fala-se com brio, com ânimo, como se fossem atos de bravura, louváveis, dignos de apreciação, enquanto as cometidas pelos holandeses são vistas como exemplos da mais pura e bárbara crueldade cometida por seres humanos. Novamente, não se trata de defender ninguém, mas de se encarar a história como uma ciência, e não como uma novela ou filme com protagonistas e antagonistas, heróis e vilões. Olavo de Medeiros Filho, em *No Rastro dos Flamengos*, traz uma série de documentos<sup>46</sup> e afirma, baseado nesses estudos, terem os holandeses, durante sua permanência na Capitania do Rio Grande, promovido pesquisas e viagens de cunho mineralógico ao interior da capitania, voltadas à procura de jazidas e prospecção de metais preciosos. O ano dessa pesquisa teria sido 1637. Em um relatório destinado à Assembléia dos XIX<sup>47</sup>, o Conde Maurício de Nassau afirma, aparentemente animado, se ter certeza da existência da existência de uma mina “na Capitania do Rio Grande, acima do rio Cunhaú” (MEDEIROS FILHO, 1989, p.33). Na mesma obra, Olavo de Medeiros aponta outros estudos que fazem menção a duas minas situadas também nas proximidades de Cunhaú, chamadas minas de “Camarajibe” e “Iporé”<sup>48</sup>. Com relação à “mina do Cunhaú”, apesar de todo o entusiasmo de Maurício de Nassau, alguns anos parecem ter se passado sem ter notícia desta mina, até que em 18 de fevereiro de 1645 é anunciada a retomada das pesquisas mineralógicas, Organiza-se então uma expedição à região do Cunhaú, cerca de 15 dias depois, liderada por Jodocus Stetten. Permaneceu no local cerca de 3 meses, o que pode indicar que a expedição teve alguma importância relevante. Do relato de Jodocus Stetten, Olavo de Medeiros Filho traz um croqui, ou esboço, no qual descrevia a região onde a expedição se

---

<sup>46</sup> Como traduções do Dr. José Higino de documentos holandeses presentes no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, um artigo do próprio José Higino intitulado *Minas de Ouro e Prata no Rio Grande do Norte – Explorações Holandesas no Século XVII*, e o livro *Aventuras e Aventureiros no Brasil*, do Dr. Alfredo de Carvalho, no qual existe um capítulo intitulado “Minas de Ouro e Prata no Brasil Oriental – Explorações Holandesas no Século XVII”.

<sup>47</sup> O quadro de diretores da Companhia das Índias Ocidentais, composta por 19 membros.

<sup>48</sup> Para o estudo dessas duas minas foram utilizados por Olavo de Medeiros dois relatos da respectiva expedição, intitulados *Diário da Viagem à Mina de Prata*, do engenheiro Pieter van Struch, e *Diário da Viagem à Mina Situada no Rio Grande*, escrito pelo bailio do então Castelo de Keulen, Johannes Hoeck, a 4 de fevereiro de 1650. Ambos os documentos, cronologicamente posteriores aos utilizados no estudo da mina do Cunhaú, foram trazidos da Holanda pelo Dr. José Higino e traduzidos pelo historiador Alfredo de Carvalho.

instalou. Esse esboço continha informações táticas sobre o local e adjacências, relatando seus acidentes geográficos, assim como também assinalava as posições militares amigáveis e inimigas. Pela descrição de Alfredo de Carvalho, aproveitada Olavo de Medeiros Filho em seus estudos sobre esse esboço, havia a indicação de um rio no centro do mesmo, embora não tenha sido especificado o curso de tal rio. Numa de suas margens estavam os alojamentos do explorador e dos mineiros da expedição. Através de estudos sobre este croqui, e também de pesquisas no local, Olavo de Medeiros afirma ser este rio o rio Calabouço<sup>49</sup>, afluente de um outro rio, denominado Salgado. O sítio da mina estaria situada na junção destes dois rios, a cerca de 10 quilômetros a oeste do município de Nova Cruz. Entretanto, este local parece ter sido apenas uma parte da extensão total da “Mina do Sertão do Cunhaú”. Tomando-se ainda pela descrição de Jodocus Stetten, Olavo de Medeiros Filho afirma que havia sido encontrado um grande veio de ouro no sentido nor-noroeste para sul-sudeste, fato que levou o explorador a deduzir que a base e o centro da mina se localizariam em um monte, distante cerca de 22 quilômetros do local onde houvera se estabelecido inicialmente. Olavo de Medeiros infere que este monte seja a atual Serra de São Bento. A atual cidade de Passa e Fica localiza-se na base desta serra. Já em 25 de janeiro de 1650, outra expedição de cunho mineralógico levaria o engenheiro Pieter van Struch e o bailio da Capitania do Rio Grande, acompanhados de, Johannes Hoeck e Pieter Persijn<sup>50</sup> ao sertão de Cunhaú, a encontrarem 2 supostas jazidas, cujos nomes já foram anteriormente citados: as minas do Camarajibe e Iporé. Olavo de Medeiros analisa o relato por trechos, tecendo comentários e esclarecendo os pontos geográficos então mencionados. Não cabe transcrever aqui a expedição, sendo frisados apenas passagens importantes. A descrição na íntegra encontra-se no capítulo 6, “As minas de camarajibe e iporé (1650)”, a partir da página 87 de *No Rastro dos Flamengos*, de Olavo Medeiros Filho. A primeira mina encontrada, a de Camarajibe, situava-se em um monte, localizado à esquerda do rio Potengi, próximo à foz do rio Camarajibe. Pela descrição dos expedicionários, Olavo de Medeiros deduz ser este monte o atual Serrote das Cajaranas: “*Chegados ao cotovelo da terceira reta, que se estendia para o sul-sudeste, avistaram à direita, ao norte, na fralda do monte à margem do Potenji e próximo à foz do Camarajibe, algumas pedras enormes, milagrosamente sobrepostas umas às outras como que por mão de homem...*” (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 89). O autor afirma que esse “cotovelo da terceira reta” fica próximo ao norte do município de Igreja Nova. A mina estaria então localizada na

---

<sup>49</sup> O autor cita que, através da leitura de textos de sesmarias concedidas pelo governo da Paraíba, descobriu que o rio Calabouço era também conhecido, no século XVIII, pelo nome de Curimataú-mirim.

<sup>50</sup> Não há menção ao cargo ou posição deste homem. A única referência ao mesmo é por “Comandante dos Tapuias”, o que leva a crer que o mesmo fosse um índio de maior hierarquia.

parte oriental deste serrote, que, estaria contido no território de uma fazenda chamada Lagoa do Sal, à época em que foi escrito o livro (1989). No dia 30 de janeiro os viajantes seguem meia légua ao longo do curso do atual Riacho Santa Rosa, citado no relato com o nome de Tortuoso, até chegarem num ponto em que Pieter Persijn indica ser o local, em um monte coberto de mato, onde em outra ocasião teria retirado amostras de minério e levado aos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais. Entretanto, não avistando certos acidentes geográficos que identificariam o local de onde estivera antes (uma aldeia, um monte chamado Itaberaba e uma fonte), continuou a seguir com os expedicionários pelo riacho até chegarem à aldeia de um cacique conhecido por João Açú. Nas adjacências desta aldeia, que ficava a 26 léguas do Forte Ceulen, restava a dita fonte, perto da qual havia rochedos de que os viajantes extraíram amostras de minério, e que tinha nome de Iporé. Esta foi a terceira mina, ou veio de minério na Capitania do Rio Grande indicado pelos holandeses. Olavo de Medeiros menciona ainda outro artigo<sup>51</sup> de Alfredo de Carvalho em que o historiador aponta o texto de uma carta enviada pelos Membros do Conselho aos Diretores da Companhia (das Índias Ocidentais). Essa carta relata o descobrimento de uma mina no sentido oeste-sudoeste, em relação ao Forte, o que, segundo o autor, confirma a existência da mina de Iporé, nas cabeceiras do riacho Santa Rosa, na Serra da Tapuia, atual município de Sítio Novo. Este seria o verdadeiro local onde a mina estaria situada. Segue o trecho da carta holandesa de onde surgiu a dedução de Alfredo de Carvalho: “Pieter Persijn só foi encontrar minério ao sul do rio Potenji, nove milhas mais para o interior e a W S W do forte Ceulen, conforme claramente se depreende do mapa ou roteiro que nos apresentou o mesmo Pieter Persijn e vos será remetido oportunamente (5:164)” (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 96)

Até o fim da dominação holandesa no Rio Grande do Norte, que durou 21 anos, estes ainda enfrentariam os portugueses novamente nas proximidades Ferreiro Torto, em 1645, que diz Tavares de Lyra pertencer, à época, a João Lostau Navarro, quando após a matança, no segundo ataque a Cunhaú, alguns moradores lá se refugiam e outro grupo arma uma pequena paliçada a algumas léguas do engenho, às margens do Trairi. Também Olavo de Medeiros Filho relata este episódio<sup>52</sup>; novamente em Cunhaú, em agosto de 1647, desta vez sendo os holandeses os defensores, mas cuja resistência havia repele as tropas de André Vidal de Negreiros; na lagoa de Guaraíras – atual Arês – em 1648; e finalmente em Cunhaú, no dia seguinte à batalha em Guaraíras, sendo esta a quarta e última batalha. Em 1654 já estava

<sup>51</sup> “MINAS DE OURO E PRATA NO RIO GRANDE DO NORTE – Explorações Holandesas no Século XVII”.

<sup>52</sup> Olavo de Medeiros Filho descreve com exatidão o local deste sítio, baseado nas anotações de Marcgrave. Segundo este autor, a localidade situava-se na margem esquerda da barra do rio Trairi, que atualmente estaria modificada, precisamente na Ponta de Tabatinga.

consolidada a restauração da capitania do Rio Grande ao domínio português. E embora alguns historiadores afirmem não existir resquícios da ocupação batava, tais informações não devem ser tomadas como incontestáveis, visto que o conhecimento histórico está em contínuo aperfeiçoamento e renovação, e que com o auxílio de novas técnicas de pesquisa histórica e pesquisas mais aprofundadas, possa-se chegar a novas conclusões.

CAPÍTULO IV  
ALGUNS ADENDOS

subst. por  
un título con  
sistente ) (Requisitos Materiais = ocupação francesa  
= ocupação holandesa

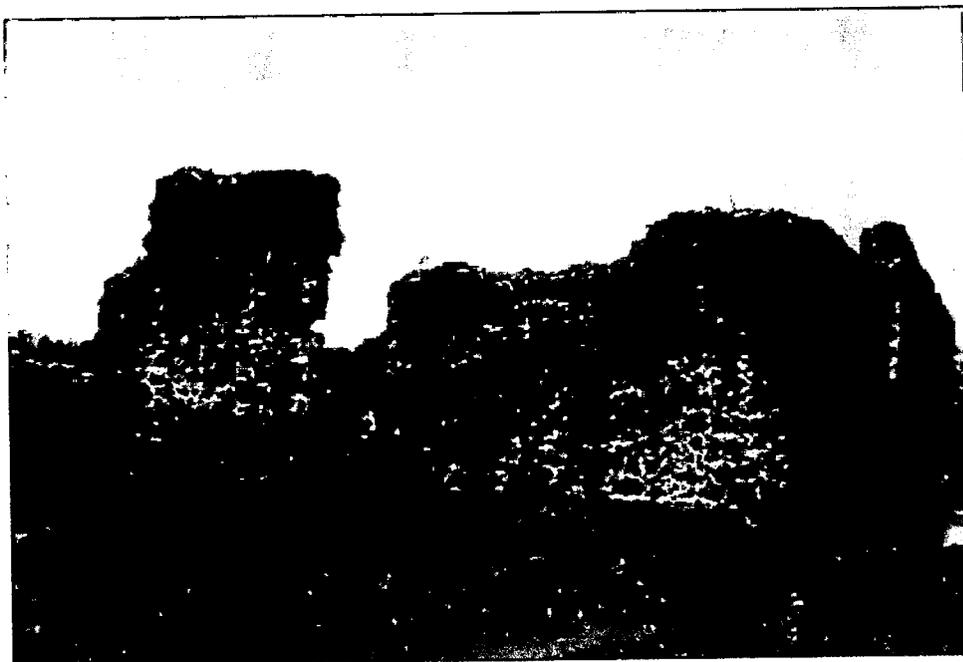
Na historiografia norte rio-grandense contemporânea, e mesmo em algumas obras mais antigas, tem-se mencionado algumas construções, espalhadas em locais diversos pelo estado, que vêm sendo pano de fundo para especulações e dúvidas, e têm suscitado curiosidade entre aqueles que os têm estudado. Aliando-se a ciência histórica às tradições orais e culturais em torno destes monólitos e locais extraordinários, sob os auspícios de uma pesquisa histórica fundamentada na prospecção teórica e material (i.e., arqueológica, à qual perspectiva este trabalho se direciona), poder-se-á obter uma luz sobre essas misteriosas construções de pedra, desvendando os segredos que guardam, obtendo o conhecimento histórico que guardam, ou que levem a se descobrir, acerca das mesmas e do contexto histórico no qual estiveram presentes, fortalecendo assim a história da região à qual pertencem, como também da historiografia potiguar como um todo. Luís da Câmara Cascudo, Olavo de Medeiros Filho e Lenine Pinto são autores potiguares que parecem dar importância ao potencial do conhecimento arqueológico. Este capítulo se propõe a abordar alguns destes locais, que foram frisados durante a pesquisa deste trabalho.

O primeiro deles são as ruínas de uma grande construção de pedra, presente à margem direita do rio Pirangi, no limite da praia de Cotovelo, próximo a Pirangi do Norte. O Terreno dessa construção estaria localizado dentro do sítio Coqueiros, que pertenceu ao dr. Silvino Lamartine de Faria. Tais ruínas seriam, segundo Olavo de Medeiros Filho, os restos de uma antiga casa-forte francesa. Na opinião do autor, esta construção seria uma espécie de armazém ou feitoria, empregada durante a permanência francesa em terras norte rio-grandenses, na segunda metade do século XVI, na carreira econômica do pau-brasil. Suas dimensões (23m comprimento por 14,69m de largura, numa área de 338m<sup>2</sup>), assim como a disposição de seus cômodos, parecem denotar algo mais do que uma simples moradia<sup>53</sup>. Medeiros Filho menciona o documento de uma sesmaria doada a João Seremenho na região do rio Pirangi em 1603, descrita em 1614. Neste documento estaria mencionada a existência de uma casa ao local na área da doação. O autor frisa que uma prospecção arqueológica deverá revelar definitivamente sua origem. Em 2005, Maria Aparecida da Costa Firmino, Márcia Helena M. B. Fontes, Conceição Maria Freitas e Souza e Sheila Moura da Silva, então alunos do curso de especialização em História do Rio Grande do Norte, da Universidade Potiguar (UnP), fizeram um trabalho sobre estas ruínas, atentando para o aspecto da conservação do patrimônio, que é uma das ênfases, não só deste capítulo, mas deste trabalho como um todo.

<sup>53</sup> A descrição completa da construção encontra-se às páginas 29 a 31 da obra *Notas para a história do Rio Grande do Norte*, de Olavo de Medeiros Filho.

Algumas fotografias tiradas no local pela aluna Sheila Moura servem para dar alguma idéia das dimensões do misterioso prédio.

**Figura 1:** Casa de pedra próxima à praia de Cotovelo



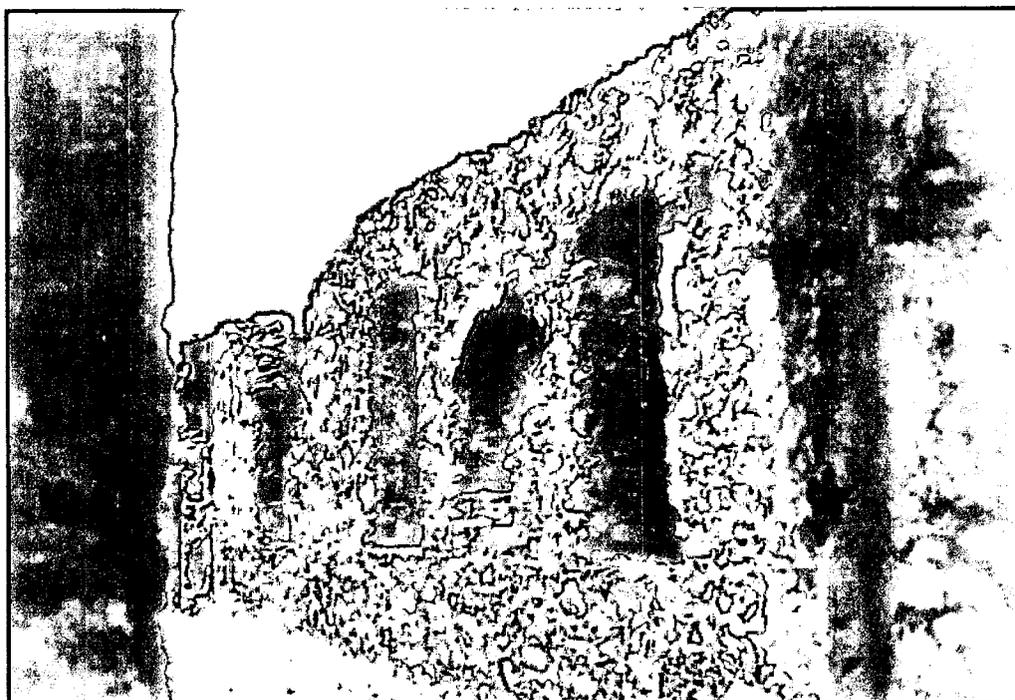
**Fonte:** Acervo Sheila Moura da Silva

**Figura 2:** Casa de pedra próxima à praia de Cotovelo



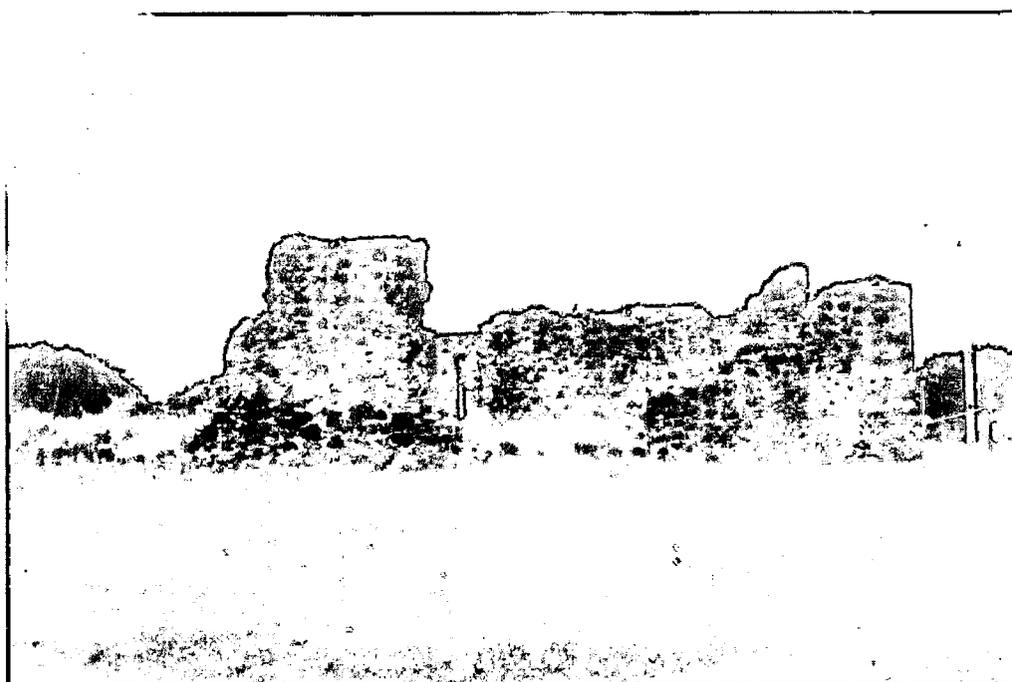
**Fonte:** Acervo Sheila Moura da Silva

**Figura 3:** Casa de pedra próxima à praia de Cotovelo



**Fonte:** Acervo Sheila Moura da Silva

**Figura 4:** Casa de pedra próxima à praia de Cotovelo



**Fonte:** Acervo Sheila Moura da Silva



atesta ainda a existência de uma vila, chamada Keyzers Croon<sup>54</sup> (Coroa Imperial), localizada no atual bairro de Bom Pastor, em Natal. Verifica-se que tais áreas devem ser tidas como potencialmente possíveis de reterem vestígios arqueológicos, ou ao são menos dignas de uma maior atenção historiográfica. Para esta suposta aldeia de Keyzers Croon, o arqueólogo Spencer afirma nada ter encontrado, nem mesmo nas tradições culturais locais. Entretanto, para a Cidade Nova, o mesmo concorda com a possibilidade de ter realmente existido, ao que continua a analisá-la. Por fim, menciona-se aqui, no perímetro da Grande Natal, os restos de supostas fortificações holandesas, trazidos unicamente por Câmara Cascudo. O autor fala de um suposto baluarte que localizara-se, durante a ocupação holandesa, em um declive da colina à direita da atual Praça Augusto Severo. Embora não mais exista nada sobre o solo – Câmara Cascudo afirma ter encontrado menção a esta construção num livro denominado *Inventário das Armas e Apetrechos Bélicos*, escrito pelos holandeses – é possível que ainda exista algo sob o chão da então praça. Outra suposta fortificação, também presente dentro da área urbana de Natal, estaria situada no atual bairro de Petrópolis, onde está a Avenida Getúlio Vargas. O autor informa sobre um coronel chamado Joaquim Manuel Teixeira de Moura, o qual teria descoberto, ao construir uma casa no local, em 1893, grandes alicerces, de tijolos resistentes, que tinham a impactos como se fossem de metal. Para Cascudo, o que confirma a existência de um fortim seria a informação, no mapa de Marcgrave, da indicação “N. S. do Monte” ao local do bairro de Petrópolis (o autor também afirma já ter o local tido os nomes de “Monte” e “Belo Monte”). Afirmou também receber do historiador José Moreira Brandão Castelo Branco a confirmação da existência destes alicerces. Nas praias do litoral sul de Natal também consta a menção de supostas construções holandesas. Uma delas estaria no topo de uma elevação na praia de Búzios, próximo a um Rio Doce, num trecho sem vegetação e onde o chão possui areia fofa e branca. Deste local, que, segundo Câmara Cascudo, possui localização estratégica, seria possível avistar as Pontas de Tabatinga e Camurupim. O último fortim holandês mencionado estaria situado próximo à praia de Pirangi do Norte, “uns dois quilômetros para o interior”, onde “há ruínas misteriosas de uma construção sólida, atarracada, com paredes de pedra, tendo ainda visíveis os repartimentos, numa altura de dois metros do nível do solo...” (CASCUDO, 1955, p.81). Essa parece ser a mais visível das ruínas então mencionadas, juntamente com a construção situada no rio Pirangi. Contudo, o autor alerta para que as pedras do local estão sendo paulatinamente utilizadas por moradores locais em suas construções próprias. Este, aliás, é um aspecto que deve ser ressaltado neste capítulo.

---

<sup>54</sup> O autor também faz menção a certa “Aldeia Orange”, que cogitou ser a mesma Keyzers Croon.

Considerando a época em que alguns dos livros utilizados neste trabalho, é possível que os locais indicados estejam bastante danificados, em decorrência do processo de urbanização e/ou da ação de moradores próximos a estes sítios, que por ignorância – ignorância essa acentuada pela falta de uma política pública que investigue e preserve estes locais, tidos como arautos do passado, das sociedades européias que em solo norte rio-grandense passaram – acabam danificando e destruindo o que pode ser fonte de informações e de tradições culturais das várias comunidades do Rio Grande do Norte. Para além de fornecer informações históricas sobre a terra e contribuir para o aperfeiçoamento da mesma, este trabalho visa também alertar sobre a importância do patrimônio e de sua conservação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do passado tem sido valorizado desde tempos remotos, quando os cronistas e mitólogos relatavam em seus épicos, supostos atos de seus deuses, da criação de seus mundos e também de grandes heróis, homens comuns, mas que realizaram feitos extraordinários. Com Heródoto, considerado o “pai da história”, o conhecimento a respeito do passado adquire um caráter filosófico, tornando-se assim uma ciência. Assistir-se-ia a evolução do conhecimento histórico – da exaltação de mitos, do folclore e da cultura de um povo, à atribuição, ao mesmo, como solução dos problemas da sociedade. A partir de então, surgiriam várias formas diferentes de se interpretar o conhecimento histórico. Um aspecto, porém, permanece comum a todas (ou, pelo menos, à maioria delas): a importância de se conhecer o passado a fim de se construir um futuro melhor, não como uma verdadeira panacéia, mas como um instrumento que pode guiar nossas ações em diversas situações, assim como orientar nossa bússola moral sempre para o bem comum, o bem de todos; para, em longo prazo, nos tornar mais humanos.

A evolução do pensamento humano, assim como de seu progresso material, trouxe, no decorrer dos tempos, inovações. E a ciência histórica não é uma exceção: o desenvolvimento metodológico e tecnológico permitiu a descoberta e a criação de novos meios para auxiliar na construção do conhecimento histórico. Um desses meios foi o estudo dos vestígios materiais deixados pelas civilizações que nos precederam; fragmentos de objetos utilizados no cotidiano dessas civilizações que, deixados ao acaso, acumularam-se sob as camadas do solo onde viveram e sobreviveram no decurso de sua existência. Neste trabalho, propôs-se abordar o tema da ação de povos não-ibéricos no Rio Grande do Norte durante os dois primeiros séculos da história do Brasil, focando-se em uma dessas ciências auxiliares à História: a Arqueologia. Pretendeu-se aqui indicar, através da prospecção em obras de cunho científico (utilizando-se, inclusive, um documento primário), os locais que foram ocupados historicamente por essas sociedades – francesa e holandesa –, onde há grande possibilidade de se encontrar vestígios materiais. Cabe à Arqueologia auxiliar a História no desvendamento de mitos que se fazem convenientes a algumas mentalidades ou grupos que se pretendem donos da história, e no desvencilhamento desta a estes mitos.

Como resultado deste trabalho, sob pesquisa em fontes escritas, e no cruzamento das informações prospectas em tais fontes, constatou-se que houve, de fato, larga ocupação e exploração do que hoje é o estado do Rio Grande do Norte, por parte das sociedades europeias não-ibéricas aqui enfocadas. Suas excelentes condições geográficas naturais

permitiram a exploração e o conhecimento da terra – sua hidrografia é rica, apresentando várias baías e rios navegáveis, por onde se entrava e se fazia trato com os índios –, assim como sua exploração econômica em dois momentos, que no contexto estudado (as Grandes Navegações e suas conseqüências na Europa dos séculos XV, XVI e XVII) era de sumo interesse às potências então emergentes na Europa. O Rio Grande era rico em pau-brasil – cuja exploração se deu em larga escala durante o século XVI e continuou, porém, em ritmo menor, nos séculos subseqüentes, e foi bastante explorado pelos franceses durante o tempo em que aqui estiveram. Seu solo e clima também foram adequados à introdução e plantio da cana-de-açúcar pelos portugueses, que trouxeram consigo os engenhos; seu relevo favorecia a instalação desses engenhos, tendo sido a atividade açucareira explorada por portugueses e holandeses, quando da invasão e conquista da Capitania por parte destes últimos em meados do século XVII. Um estudo dessas regiões indicadas deverá trazer à tona os resquícios materiais das ocupações. Faz-se necessário salientar, porém, que nas localidades aqui indicadas a morfologia do terreno pode ter sofrido alterações, dificultando o reconhecimento, o que exige um estudo mais amplo e metuculoso, que pode (e deve) ser auxiliado pelas inovações técnicas e tecnológicas adquiridas durante o contínuo desenvolvimento da ciência arqueológica e o aperfeiçoamento da ciência histórica.

Constatou-se também com este trabalho que não só a história norte-rio-grandense, mas também a história do Brasil estão profundamente atreladas à história de Portugal e da América Portuguesa. Trata-se de uma história “lusitanizada”, o que se verifica como um problema. O Brasil, embora tenha sido descoberto oficialmente (o que não significa que o tenha sido de fato) por Portugal e tenha sido desta nação colônia e posse durante trezentos e vinte e dois anos, possui uma história própria. Atravessou, até a sua independência, o domínio de quatro sociedades européias (portuguesa, francesa, espanhola e holandesa), além do domínio próprio dos índios, que aqui se encontravam desde tempos mais remotos, de cuja história, anterior à chegada do homem europeu, não se tem registro em decorrência dos mesmos não terem desenvolvido a escrita e cujas tradições orais não puderam ser resgatadas e registradas. Não se trata aqui de estudar fatos isolados de seu contexto temporal e espacial. Mas os historiadores não podem registrar e interpretar os fatos munidos de juízos próprios de valor e imbuídos de sentimentos pessoais. Talvez tais vestígios possam nunca vir a serem encontrados. Mas, uma vez em que a História se configura como uma ciência, esta se investe automaticamente de caráter investigativo, utilizando-se de todos os meios válidos disponíveis para atingir seu objetivo. Isto quer dizer que este trabalho não traz para si a pretensa infalibilidade, sob um véu de pragmatismo e parcialidade, com que alguns historiadores

dizem contar a história da humanidade. E isto vale também para a história do Rio Grande do Norte.

## REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 3. ed. Natal (RN): RN Econômico, 1999. 495p. (Coleção Cultura; 11).

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Serv. de Documentação, 1955. 524p.

\_\_\_\_\_. **Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte**. 1. ed. [Natal]: Fundação José Augusto, 1968. (Coleção Cultura).

LAET, Joannes de. **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia**. Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Livros I-IV. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XXX. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912.

\_\_\_\_\_. **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia**. Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Livros VIII-X. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XXXVIII. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920.

\_\_\_\_\_. **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia**. Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Livros XI-XIII. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XLI-II. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925.

LOPEZ, Adriana. **Franceses e tupinambás na terra do Brasil**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal, RN: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998. 434 p. (Coleção Cultura, 07).

MAESTRI, Mário. **Uma História do Brasil: Colônia**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 160p.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Gênese Natalense**. Natal: Edição do Autor, 2000. 72p.

\_\_\_\_\_. **No Rastro dos Flamengos**. Natal: Fundação José Augusto, 1989. 104p. il.

\_\_\_\_\_. **Notas para a história do Rio Grande do Norte.** João Pessoa: UNIPÊ, 2001. 207p.

\_\_\_\_\_. **Os holandeses na capitania do Rio Grande.** Natal (RN): Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998. 133p. il. – (Coleção Cultura, nº. 06).

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte.** Natal (RN): Imprensa Universitária, 1973.

\_\_\_\_\_. **Estudos de história do Rio Grande do Norte.** Natal:Tip. Santa Cruz, 2001. 272p.

\_\_\_\_\_. **Proto-história do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Presença Edições; Natal: Fundação José Augusto, c. 1985.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks: UniverCidade, c2001. 308p.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte.** 3.ed. rev. e ampl. Natal (RN): EDUFRN, 2007.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá Razão do Estado do Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968. Edição comemorativa do V Centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral. Fac-símile do original manuscrito do séc. XVII, localizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

SILVA, Leandro Dantas. Nos mares de Pernambuco. 2003. Disponível em: <[http://www.pernambuco.com/diario/2003/10/27/especialholandesesf175\\_0.html](http://www.pernambuco.com/diario/2003/10/27/especialholandesesf175_0.html)> Acesso em: 22/10/2008.

SOUSA, Gabriel Soares de. 1540?-1591. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** 1. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2001. v. 221. (Coleção Reconquista do Brasil, 02).

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil.** Traduzida do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. São Paulo: Obelisco, 1965a. v. 1.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil.** Traduzida do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. São Paulo: Obelisco, 1965b. v. 2.

SPENCER, Walner Barros; PEREIRA, Levy. **Margrave – Trilhas e Caminhos Coloniais do Rio Grande**. In: Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Natal: UFRN, 2008, disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais) acessado em 22/10/2008.

SUASSUNA, Luiz Eduardo B.; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. Natal : Sebo Vermelho, 2002. 403p.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2007. 305p.